

# Relatório de Atividades 2009



**IMAZON**  
INSTITUTO DO HOMEM E  
MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

# Relatório de Atividades 2009

**IMAZON**  
INSTITUTO DO HOMEM E  
MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon  
Rua Domingos Marreiros, 2020 • Bairro: Umarizal • CEP 66060-160  
Belém - Pará - Brasil • Tel.: (91) 3182-4000 • Fax: (91) 3182-4027  
[www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br) • [imazon@imazon.org.br](mailto:imazon@imazon.org.br)



CARTA DA SECRETARIA EXECUTIVA	04
APRESENTAÇÃO	06
PROGRAMAS	12
Política e Economia Florestal	12
Monitoramento da Amazônia	13
Floresta e Comunidade	14
Mudanças Climáticas	15
Direito e Sustentabilidade	17
Projeto Especial: Belém Sustentável	18
RESULTADOS 2009	20
Pesquisa	20
Políticas Públicas	26
Disseminação	32
Formação Profissional	46
LISTA DE PUBLICAÇÕES	48
EQUIPE	56
EXTRATO DO BALANÇO FINANCEIRO 2009	64
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	68
SIGLAS	70
ANEXOS	72

## Carta da Secretaria Executiva

**E**m seu 19º aniversário, o Imazon deu passos importantes na implementação de seu planejamento estratégico e no aumento da transparência das atividades institucionais. Além disso, o Instituto produziu 40 publicações técnico-científicas, com destaque para um artigo publicado na revista *Science*.

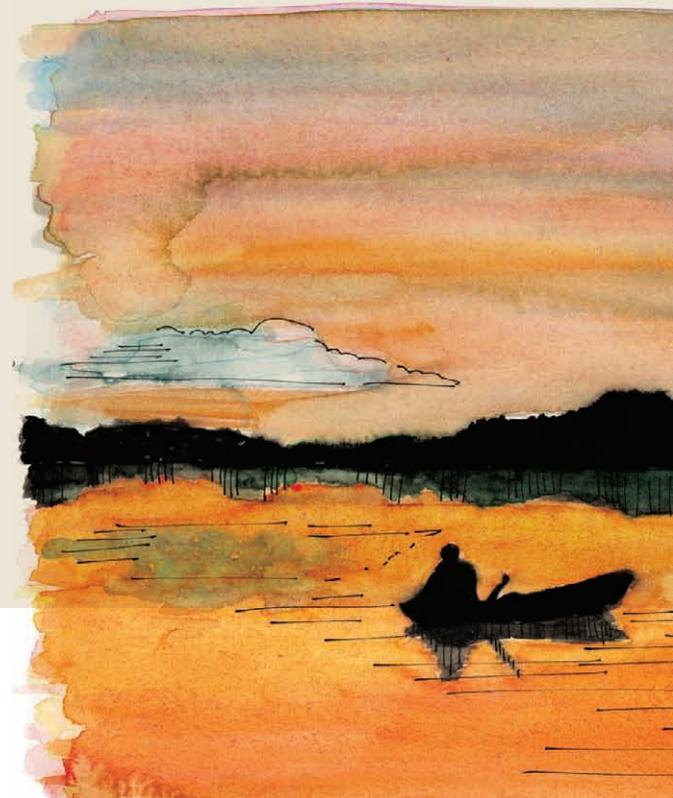
No início de 2009 foram criados dois novos programas de pesquisa: Direito e Sustentabilidade e o programa de Mudanças Climáticas. Ambos são resultados de um processo de mais de um ano de debates institucionais sobre as prioridades do Instituto, que também manteve três programas estratégicos: Monitoramento da Amazônia, Política e Economia Florestal e Florestas e Comunidades.

O programa de Direito e Sustentabilidade foi construído a partir da crescente importância das pesquisas e atividades desenvolvidas pelo Imazon nos últimos seis anos para melhoria da aplicação de leis ambientais e fundiárias na Amazônia. Ao longo desse período, publicações do Imazon demonstraram alta impunidade de crimes ambientais no setor florestal da Amazônia e incerteza de direitos de propriedade em mais da metade da região. Avançar na solução desses problemas é essencial para consolidar as políticas de prevenção e combate ao desmatamento e implementar ações em prol da sustentabilidade econômica na Amazônia.

O programa de Mudanças Climáticas resultou da identificação de desafios existentes na Amazônia para

reduzir emissões de gases do efeito estufa do desmatamento e degradação florestal e para avançar no sequestro de carbono na região. Esse programa foi elaborado a partir do acúmulo de experiências do Imazon, que já era considerado um centro de referência em estudos para redução de desmatamento na Amazônia. Porém, ele inova ao incluir entre seus objetivos o desenvolvimento e aplicação de metodologias para monitoramento de emissão de carbono pela perda de áreas florestais, expansão desse conhecimento para outros países de floresta tropical e apoio para o aumento de transparência e de eficiência na governança de iniciativas para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD).

O lançamento desse programa ocorreu em um ano de grande importância no debate das mudanças climáticas, com a realização da 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas de Mudança do Clima, a COP-15. Em 2009 o Imazon participou e promoveu diversos eventos de grande relevância nesse tema, culminando com



a participação de cinco pesquisadores do Instituto na COP-15 em dezembro de 2009. Nessa ocasião, os pesquisadores apresentaram trabalhos do Instituto em diversos seminários, incluindo o primeiro evento paralelo organizado pelo Imazon em uma COP da Convenção do Clima. O Imazon também lançou uma parceria inovadora e promissora junto à Google para a construção do *Earth Engine*, uma plataforma desenvolvida para auxiliar no monitoramento de florestas mundiais e que irá incorporar o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) desenvolvido e utilizado pelo Imazon desde 2007.

Na área de produção científica, um dos destaques foi o artigo *Boom-and-Bust Development Patterns Across the Amazon Deforestation Frontier*, de autoria de pesquisadores da Universidade de Cambridge - East Anglia, do Imperial College of London e do Imazon. Ele foi baseado em estudos que o Imazon vem desenvolvendo desde 2000 sobre o modelo econômico do boom-colapso presente em grande parte da região Amazônica.

No padrão boom-colapso, indicadores socioeconômicos melhoram rapidamente em municípios que estão iniciando o processo de desmatamento, mas esses mesmos índices declinam à medida que a desmatamento avança.

Outra publicação de destaque, mas de caráter institucional foi o primeiro relatório de pegadas ecológicas do Imazon em 2006 e 2007. Esse estudo mostrou que o Instituto emitiu 255 toneladas de CO<sub>2</sub> nesse período. Esse diagnóstico criou as bases para um debate institucional para mitigação e compensação dessas emissões. As pegadas ecológicas do Instituto continuarão sendo monitoradas anualmente.

Finalmente, ampliamos a composição da Assembléia Geral com a admissão de Carlos Souza Júnior, pesquisador Sênior e Secretário Executivo do Imazon no período de 2004-2008. A entrada de Carlos no órgão de maior hierarquia na estrutura do Imazon é um reconhecimento pela sua contribuição nos mais de 15 anos de dedicação ao Imazon.

Em 2010 o Imazon completará 20 anos de existência, uma data muito especial para todos aqueles que participaram e participam do dia-dia e da superação de desafios dessa instituição. Foram vários os avanços e conquistas alcançados nesse período rumo ao desenvolvimento sustentável na Amazônia, mas ainda há muito a ser feito. Por isso, continuaremos atuando juntamente a nossos parceiros e com apoio generoso de nossos financiadores para servir a sociedade brasileira pela conservação da Amazônia.



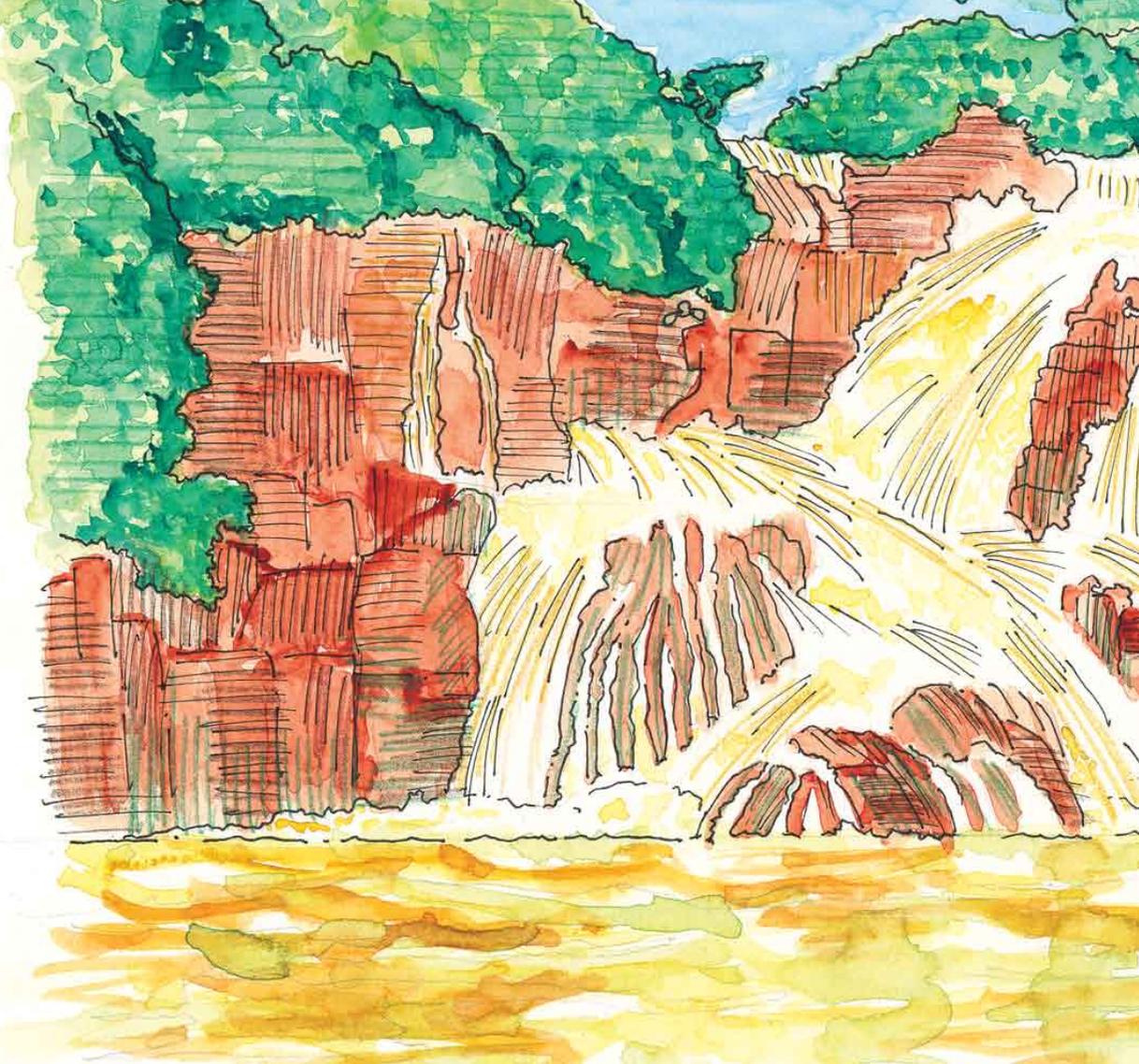
**Brenda Brito**  
Secretária Executiva



**Ana Cláudia Rodrigues**  
Vice-Secretária Executiva



# Apresentação



O Imazon é um instituto de pesquisa cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional. O Instituto é uma associação sem fins lucrativos e qualificada pelo Ministério da Justiça do Brasil como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)<sup>1</sup>.

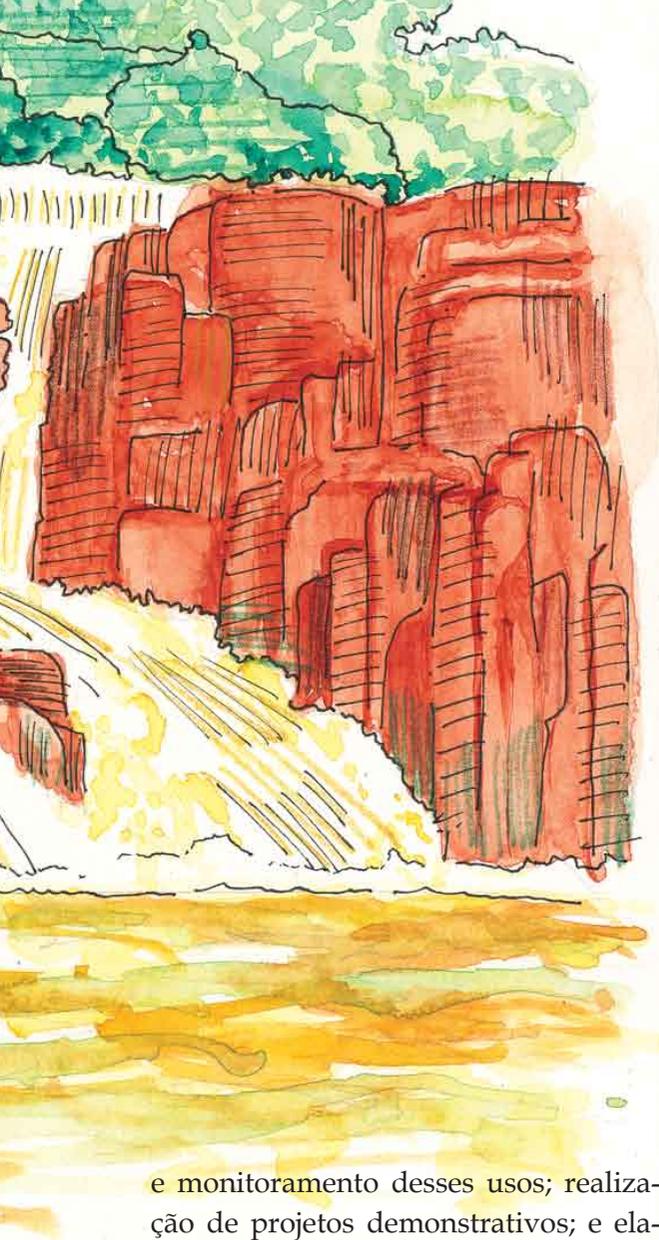
O Instituto foi fundado em 1990 e sua sede fica em Belém, Pará. Em 19 anos, o Imazon publicou cerca de 400 trabalhos científicos e técnicos. Desse

total, 163 correspondem a artigos científicos veiculados em revistas científicas internacionais ou como capítulos de livros. Também foram publicados 43 livros, 17 livretos e mais de 175 relatórios técnicos e documentos estratégicos para políticas públicas.

## • Pesquisa

As atividades de pesquisa do Imazon incluem diagnóstico socioeconômico, político, legal e institucional dos usos do solo na Amazônia; desenvolvimento de métodos para avaliação

<sup>1</sup> Oscip é um título regulamentado pela Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999, concedido pelo Ministério da Justiça a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, com o intuito de facilitar a assinatura de parcerias e convênios com o Governo. Para receber essa qualificação é necessário cumprir vários requisitos, especialmente relacionados à transparência institucional.



e monitoramento desses usos; realização de projetos demonstrativos; e elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para essas atividades econômicas. O trabalho do Instituto fundamenta-se nos princípios da interdisciplinaridade, na busca de soluções com abordagem empírica e uso do método científico.

### • Disseminação

O Imazon publica os resultados de seus estudos em revistas científicas nacionais e internacionais indexadas (*Science, Nature, Proceedings of the National Academy of Science, Forest Ecology and Management, Conservation Biology, International Journal of Remote Sensing, Ciên-*

cia Hoje etc.), manuais, vídeos, livretos, livros, artigos técnicos e resumos com recomendações para políticas públicas. Parte dos estudos está disponível gratuitamente na página eletrônica do instituto ([www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)).

Na mídia, os resultados dos estudos são disseminados em reportagens em jornais, revistas, telejornais, emissoras de rádio, páginas eletrônicas de grande audiência, vídeos técnicos e educativos, além de redes sociais como o *Twitter*. Além disso, os pesquisadores do Imazon participam como palestrantes em diversos eventos científicos e de políticas públicas em escala regional, nacional e internacional.

### • Políticas Públicas

Os estudos do Imazon têm contribuído de forma efetiva para a elaboração de políticas públicas de largo alcance na Amazônia. As principais contribuições têm sido em áreas estratégicas como ordenamento territorial (zoneamento e regularização fundiária), apoio à criação e implementação de Unidades de Conservação, aperfeiçoamento dos sistemas de comando e controle com ênfase na monitoração com imagens de satélite, instrumentos de fomento (por exemplo, estudos para alocação de crédito para as atividades de uso sustentável), apoio à elaboração e execução de políticas de promoção do manejo florestal empresarial e comuni-

tário, melhoria na aplicação da Lei de Crimes Ambientais, recomendações para um efetivo cumprimento do licenciamento ambiental, apoio à formulação da política brasileira de mudanças climáticas, entre outros.

Em muitas ocasiões o Imazon tem sido convidado a integrar comissões técnicas e assistir tomadores de decisão na esfera do Executivo, Legislativo e Judiciário na elaboração de políticas públicas. O Instituto também participa de audiências públicas e em comissões do Poder Legislativo (estadual e federal) para opinar e emitir pareceres sobre temas complexos e emergentes na Amazônia, como reforma do Código Florestal, regularização fundiária, Zonamento Ecológico-Econômico (ZEE), programas de desenvolvimento sustentável para a região, obras de infraestrutura, entre outras.

## VISÃO DO IMAZON

A Amazônia como uma área onde a biodiversidade, a cobertura florestal e os serviços ambientais associados estarão conservados e o desenvolvimento sustentável será implantado de modo a garantir condições de vida dignas para todos os habitantes da região.

### • Formação Profissional

Um dos objetivos do Imazon é formar pesquisadores com capacidade analítica, experiência de campo e foco no entendimento e na solução dos problemas ambientais da Amazônia. Esse trabalho envolve a elaboração de um projeto de pesquisa, coleta e análise dos dados e apresentação dos resultados em artigos científicos e reuniões profissionais. Em 19 anos, o Imazon contribuiu para a capacitação de aproxima-

**PARA  
CUMPRIR  
SUA MISSÃO,  
O IMAZON  
ADOA OS  
SEGUINTE  
VALORES:**

**Sustentabilidade.** As soluções para os problemas de uso dos recursos naturais devem ser baseadas nos princípios de sustentabilidade, que é a capacidade de um ecossistema de manter processos e funções ecológicas, diversidade biológica e produtividade ao longo do tempo. Isso significa respeitar todas as formas de vida e os ciclos da natureza, valorizar a diversidade sociocultural, fortalecer economias locais sustentáveis e considerar os custos ambientais e sociais envolvidos nos processos produtivos. É essencial também promover esforços para a repartição de benefícios e compartilhar poder na tomada de decisão.

**Ética.** Adotar uma relação respeitosa com outras instituições e atores sociais; respeitar os direitos autorais; respeitar os códigos de ética profissional; não discriminar raça, credo, gênero, posição social, religiosa ou ideológica nas relações internas e externas.

**Uso do Método Científico.** O Imazon conduz análises objetivas e isentas, baseadas em métodos científicos comprovados na literatura especializada.

**Excelência na Qualidade.** Os produtos do Imazon passam por um processo rigoroso de controle de qualidade interna e de revisão por pares externos. Isso reforça a credibilidade e o respeito ao Instituto.

damente 190 profissionais nas áreas de ecologia, engenharia florestal, direito ambiental, economia rural, geoprocessamento, comunicação, planejamento regional, análise institucional e políticas públicas. Muitos desses profissionais atuam em posição de destaque em outras organizações ambientais, no setor privado e em instituições públicas.

### • Breve História do Imazon

No final dos anos 1980 imagens de destruição ambiental e conflitos sociais na Amazônia ganhavam destaque na imprensa nacional e mundial. O desmatamento acelerado, as queimadas, a exploração predatória de madeira e a proliferação dos garimpos de ouro exerciam grande pressão ambiental e social sobre a região.

Nessa época, o ecólogo norte-americano Christopher Uhl, então pesquisador visitante da Embrapa, realizava pesquisas sobre as áreas degradadas no leste do Pará e preocupava-se com o pouco entendimento e a escassa documentação científica dessas transformações na paisagem amazônica. Ele compreendeu que a falta de pesquisas aplicadas sobre tais transformações enfraquecia o debate sobre as causas dessa degradação ambiental e dificultava a busca de alternativas efetivas para uma Amazônia sustentável. Uhl constatou também que havia uma grande carência de profissionais de nível superior aptos a estudar esses fenômenos de maneira multidisciplinar e a reportá-los de forma didática e estratégica para os tomadores de decisão. Ele identificou

nessa crise uma oportunidade para servir à Amazônia e, em parceria com Adalberto Veríssimo, David MacGrath e Paulo Barreto, decidiu criar o Imazon, um instituto de pesquisa aplicada e multidisciplinar com o objetivo de estudar (com ênfase na abordagem empírica) e buscar soluções para os problemas cruciais de uso e conservação dos recursos naturais na Amazônia.

A ideia de criar o Imazon nasceu em 1988, mas a fundação do Instituto só ocorreu em 10 de julho de 1990. Ao longo de mais de dois anos Uhl, Veríssimo, MacGrath e depois Barreto, discutiram exaustivamente a missão, a cultura da organização e a abordagem do trabalho do futuro Instituto. Isso foi feito revisando-se outras experiências institucionais no Brasil e nos trópicos úmidos, bem como conversando e debatendo a proposta de criação do Imazon com dezenas de lideranças socioambientais e políticas, pesquisadores e intelectuais com atuação na Amazônia. Veríssimo e Barreto continuam no dia-a-dia do Instituto desde então. A participação de Chris Uhl foi bastante reduzida com o seu retorno aos EUA em 1995, onde é professor na Universidade Estadual da Pensilvânia. MacGrath, por sua vez, é professor do Naea (UFPA) e pesquisador associado do Ipam. Chris Uhl e David MacGrath são membros efetivos da Assembleia Geral do Imazon.

A consolidação do Imazon ao longo de 19 anos de existência não seria possível sem a contribuição de mais duas centenas de funcionários que atuaram na instituição ao longo desse

tempo, assim como de dezenas de colaboradores (pesquisadores visitantes e associados) e dos membros dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo do Instituto. Além disso, foi essencial o papel desempenhado por seus diretores executivos<sup>2</sup> nesse período, os quais continuam exercendo atividade direta no Instituto. Finalmente, o Imazon

tem contado com uma parceria ampla e produtiva com dezenas de instituições públicas, organizações sociais, instituições ambientalistas, empresas privadas e centros de pesquisa em suas múltiplas atividades, além da parceria com financiadores nacionais e internacionais que generosamente o têm apoiado na realização de suas atividades.

### • Algumas contribuições nesses 19 anos

1. Estudos do Imazon na área de manejo florestal e ecologia serviram de base para o estabelecimento de um sistema de manejo florestal destinado a empresas e comunidades tradicionais. No final de 2009, a área manejada na Amazônia já superava 6 milhões de hectares, dos quais mais de um terço detinha selo verde do Conselho de Manejo Florestal (FSC).
2. Estudos técnicos e iniciativas na esfera de políticas públicas liderados pelo Imazon tiveram impacto direto na criação de aproximadamente 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia, dos quais 12,8 milhões de hectares na região da Calha Norte do Pará.
3. Pesquisas do Imazon sobre ecologia do mogno, a mais valiosa espécie de madeira tropical, foi essencial para sua inclusão na lista de espécies ameaçadas da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora (CITES).
4. Estudos sobre política e economia florestal contribuíram de forma decisiva para a elaboração da nova Lei de Gestão de Florestas Públicas do Brasil (em vigor desde 2006), cujo principal objetivo é promover o uso sustentável de florestas públicas.
5. Estudo pioneiro publicado em 2000, realizado em parceria com o Banco Mundial, serviu de referência para a elaboração da política de expansão das Florestas Nacionais (Flona) e Estaduais (Flota) na Amazônia.
6. Em 2006, o Imazon desenvolveu o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) como instrumento para monitorar mensalmente e divulgar amplamente, de forma independente, a situação do desmatamento na Amazônia. Esse

<sup>2</sup> Diretores Executivos: Adalberto Veríssimo (1990-1993), André Guimarães (1994-1995), Paulo Amaral (1996-1998), Paulo Barreto (1999-2003), Carlos Souza Júnior (2004-2008) e Brenda Brito (2009). Todos os Diretores Executivos exercem a função de pesquisador(a) no Instituto, exceto André Guimarães, que ocupa a função de Vice-Presidente do Conselho Diretor do Imazon.



monitoramento tem catalisado um amplo debate na sociedade e contribuído para aumentar os esforços de combate ao desmatamento por parte do governo.

7. O Imazon firmou parceria inédita com os Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual (MPE) para monitorar a ocorrência de desmatamento ilegal sobre as Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) nos estados do Pará, Mato Grosso, Amapá e Roraima.
8. Discussões levantadas pelo Imazon sobre crédito público contribuíram para a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que exige a regularidade ambiental e fundiária para concessões de novos créditos na região amazônica para imóveis acima de 400 hectares.
9. Estudos do Imazon sobre a área fundiária da Amazônia passaram a ser referência e contribuíram para que a regularização fundiária fosse eleita prioridade na preparação do Plano Amazônia Sustentável do Governo Federal a partir de 2008.
10. Pesquisas do Imazon sobre Manejo Florestal Comunitário (MFC) têm servido de base para a definição da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.
11. Estudos do Imazon sobre desafios e lacunas na implementação da lei de crimes ambientais contribuíram para aperfeiçoamento de regras sobre doação de bens apreendidos em fiscalizações ambientais.
12. O Imazon é pioneiro no desenvolvimento de técnicas para detectar e avaliar a efetividade e a qualidade de planos de manejo florestal usando imagens de satélite na Amazônia.
13. Imazon contribuiu para a concepção e implementação da iniciativa pioneira de redução de desmatamento e promoção de agenda sustentável na escala municipal (“municípios verdes”).

# Programas



## • Política e Economia Florestal

O setor florestal pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento sustentável da Amazônia ao aliar a conservação ao desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, o desenvolvimento do setor florestal tem sido marcado pela extração predatória de madeira, embora haja avanços na adoção do manejo florestal e na redução da ilegalidade no setor. Além disso, o setor florestal passa atualmente por profundas mudanças, incluindo descentralização da gestão florestal, concessão florestal e avanços nos sistemas de controle e monitoramento.

O objetivo deste programa é avaliar e subsidiar políticas públicas florestais a partir de uma análise da evolução, da dinâmica e das tendências socioeconômicas do setor florestal na Amazônia. O programa também se propõe a investigar e propor instrumentos econômicos de apoio à adoção do manejo florestal e de compensação pelos serviços ambientais providos pela floresta, incluindo o mercado de produtos florestais. As principais atividades desse programa são:

**Polos Madeireiros.** Para subsidiar as políticas públicas da atividade florestal, o Imazon realiza diagnósticos periódicos sobre o setor madeireiro desde 1990 e em 1998 e 2004 levantamentos

em toda a região amazônica. Em 2009, com apoio do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, foi realizado um novo levantamento de polos madeireiros cobrindo cerca de 190 municípios na Amazônia. Esses estudos têm sido a principal referência de informação estratégica e estatística sobre o setor florestal na Amazônia nas duas últimas décadas. Os dados incluem o volume de madeira extraído e processado na Amazônia; os empregos gerados; a área afetada pela exploração madeireira; a tecnologia de exploração e processamento; e os mercados e tendências do setor. Os resultados desse levantamento serão publicados em 2010.

**Polos Moveleiros.** Com apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, o Imazon iniciou em 2008 um amplo levantamento de campo sobre a indústria moveleira na Amazônia Legal (exceto em Mato Grosso). O estudo gera informações sobre consumo de matéria-prima, produtos beneficiados, tecnologia de processamento, renda, empregos gerados, mercados e tendências do setor moveleiro na região.

**Flonas & Flotas.** O Imazon tem apoiado a criação e a implementação de Flonas e Flotas na Amazônia. Desde 2007, o Instituto coopera com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará - Sema, Conservação Internacional - CI, Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflo na elaboração dos Planos de Manejo e na formação dos Conselhos Consultivos

das Unidades de Conservação da Calha Norte do Pará, cuja área fica em torno de 12,8 milhões de hectares.

**Samflor.** O Sistema de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia - Samflor, desenvolvido pelo Imazon, tem como objetivo testar um novo sistema de avaliação de atividades de manejo florestal em pequenos e médios empreendimentos madeireiros no Pará. O Samflor tem como principal característica a avaliação rápida dos padrões de exploração florestal, com ênfase em aspectos legais, técnicos, ambientais, sociais e de controle florestal. Todos esses aspectos têm como base de concepção a legislação florestal (estadual e federal), princípios e critérios do FSC e da Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT.

**Coordenação:** Adalberto Veríssimo & Denys Pereira.

**Equipe:** Carlos Alexandre Cunha, Daniel Santos, Jakeline Pereira, Jayne Guimarães, Marcílio Chiacchio e Mariana Vedoveto.

**Colaboração:** André Monteiro (Imazon), Marco Lentini (IFT) e Roberto Palmieri (Imaflo).

**Apoio:** Fundação Gordon & Betty Moore, Fundo Vale, Comissão Europeia, OIMT, Vale, Serviço Florestal Brasileiro, Serviço Florestal dos Estados Unidos e Sebrae.

**Parcerias:** AdT - Amazônia Brasileira, CI, Imaflo, GTZ, MPEG, PFCA, RBMA e Governo do Estado do Pará: Sema e Ideflor.

## • Monitoramento da Amazônia

O programa Monitoramento da Amazônia tem por objetivo detectar, quantificar e monitorar, por meio de imagens de satélites, o desmatamento, a

O programa Monitoramento da Amazônia tem conexões com todos os outros programas do Imazon, por exemplo, criando a base cartográfica digital de Paragominas ou fazendo os mapas de acessibilidade econômica da Calha Norte.

degradação florestal, a exploração madeireira, as estradas não oficiais e outras formas de pressão humana na região. Além disso, os resultados do monitoramento são combinados com diversos mapas digitais para qualificação dos problemas ambientais e para o planejamento regional, por meio de sistemas de informações geográficas (**SIG**). As principais atividades de pesquisa desenvolvidas nesse programa são:

**Mapeamento de estradas.** O Imazon monitora as estradas não oficiais da Amazônia Legal para avaliar a pressão humana, identificar áreas prioritárias para fiscalização e ordenamento fundiário, e modelar o alcance econômico e o risco ambiental das atividades econômicas na Amazônia.

**Mapeamento de áreas desmatadas.** O Imazon desenvolveu técnicas de processamento de imagens que permitem divulgar mensalmente o Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal com os dados do desmatamento do mês anterior. Esses métodos de monitoramento e controle florestal são transferidos a secretarias de meio ambiente, Ministério Público, outras organizações não governamentais - ONGs e a sociedade em geral.

**Mapeamento de exploração madeireira.** O Imazon é pioneiro no desenvolvimento de técnicas para detectar e avaliar a efetividade e a qualidade de planos de manejo florestal usando imagens de satélite. É possível mapear também florestas degradadas por queimadas florestais. Em 2009, o instituto passou a divulgar o Boletim Transparência Manejo Florestal para o estado do Pará.

**Modelagem Espacial.** Trata da geração de modelos para alocação de uso e conservação de recursos naturais e de análises de alcance econômico de atividades de uso do solo (exploração madeireira, pecuária e soja). Além disso, desenvolve modelos de riscos de desmatamento e de emissões de carbono. Com essas informações, é possível apoiar tecnicamente a criação de Áreas Protegidas e modelar cenários futuros para a região, considerando, por exemplo, construção de hidrelétricas e pavimentação de rodovias.

*Coordenação:* Carlos Souza Jr.

*Equipe:* Amintas Brandão Jr., André Monteiro, Cíntia Balieiro, Heron Martins, João Siqueira, Júlia Ribeiro, Kátia Pereira, Márcio Sales, Rodney Salomão, Sâmia Nunes, Sanae Hayashi e Victor Lins.

*Apoio:* Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação David & Lucile Packard, Usaid, Fundação AVINA, Fundo Vale, Embaixada do Reino dos Países Baixos e Serviço Florestal Norte-Americano.

## • Floresta e Comunidade

As comunidades tradicionais e produtores familiares rurais ocupam em torno de 1,2 milhão de quilômetros quadrados do território da Amazônia. Essas populações são importantes tanto na concepção como na implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável regional. Entretanto, apesar de alguns avanços na esfera de políticas públicas, o desenvolvimento dessas comunidades tem sido insuficiente em termos da melhoria socioeconômica e da garantia de seus territórios.

É certo que essas comunidades podem exercer um papel fundamental na conservação e uso sustentável dos recursos florestais desde que seja possível inseri-las em uma economia de base florestal sustentável. Dessa maneira, o objetivo desse programa é documentar, analisar e apoiar iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e em pequena escala na Amazônia Legal, fortalecer mercados comunitários e promover capacitação de povos tradicionais e indígenas. As principais atividades desse programa são:

**Apoio ao manejo florestal comunitário e de pequena escala.** O objetivo é entender os fatores que contribuem para a adoção do manejo florestal por pequenos produtores na Amazônia. Estudam-se também os obstáculos de ordem técnica, legal e de mercado enfrentados por esse segmento. Além disso, há uma ênfase na identificação e disseminação dos modelos de acompanhamento técnico e gerencial, contribuindo para que pequenos produtores e comunidades tenham maior autonomia e controle sobre seus projetos de manejo.

**Mercados de produtos florestais de origem comunitária.** Nessa atividade são realizadas coleta de dados, análises de mercados e elaboração de um banco de dados com objetivo de melhorar a comercialização de produtos de exploração florestal comunitária na Amazônia. Semanalmente, os preços de diversos produtos florestais não madeireiros, tais como açaí, andiroba e copaíba são coletados em cinco cidades e divulgados na página do Imazon na internet e na Rádio Clube do Pará. Essa iniciativa tem

por objetivo oferecer informações estratégicas às comunidades que vivem e dependem desses produtos, aumentando seu poder de negociação e valorizando cada vez mais a floresta.

**Monitoramento colaborativo no sul do Amazonas.** Esse projeto monitora a pressão humana (desmatamento, estradas não oficiais etc) sobre as áreas de comunidades tradicionais e Terras Indígenas no sul do Estado do Amazonas. O projeto também realiza o treinamento dessas comunidades no manuseio de GPS, leitura de mapas e mapeamento participativo, promovendo a capacidade local para o monitoramento de áreas comunitárias e indígenas.

**Lições sobre situação fundiária.** O Imazon participa de projetos de planejamento, desenvolvimento e implementação de projetos de regularização fundiária de propriedades familiares no Pará. Ao Imazon cabe localizar, por imagens de satélite, os imóveis rurais e possibilitar a confecção de mapas fundiários.

*Coordenação: Paulo Amaral.*

*Equipe: Andréia Pinto, Carlos Souza Jr., Gerson Favacho, Karina Monteiro, Marcelo Galдино, Rodney Salomão e Simone Bauch.*

*Colaboração: Edson Vidal (Esalq/USP), Erin Sills (Universidade Estadual da Carolina do Norte - EUA) e Manuel Amaral (IEB).*

*Parcerias: Cifor, CSF Brasil, Fase, IEB, Imaflo-ra, Kanindé, Rádio Clube do Pará, ACT*

*Apoio: Sebrae, UE e Usaid e Fundo Vale.*

## • Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios ambientais do século XXI. Esse fenôme-

no é resultado do aquecimento global causado pelo aumento de emissão de gases do efeito estufa (GEE) a partir da Revolução Industrial, principalmente pela queima de combustíveis fósseis. As emissões de GEE resultantes de desmatamento e degradação florestal contribuem com cerca de 17% das emissões globais, segundo o Painel Intergovernamental de Mudança do Clima – IPCC. Por isso, a Amazônia brasileira possui grande relevância para o debate sobre o clima, pois é a maior floresta tropical contínua, com alta quantidade de biomassa, altas taxas de desmatamento e degradação florestal. Além disso, a região tem grande importância na regulação do clima do continente sul-americano. Dessa forma, com 17% de sua área já desmatada, há oportunidades para recomposição da cobertura florestal, o que contribuirá para o sequestro de carbono da atmosfera.

O objetivo do programa é contribuir com a redução de emissões e com o sequestro de carbono na Amazônia brasileira. Em termos específicos o programa visa: (1) contribuir para a implementação, o aumento de transparência e de eficiência na governança de iniciativas para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (**REDD**) na Amazônia brasileira; (2) contribuir no monitoramento de emissões de carbono de desmatamento e degradação florestal na região amazônica e com treinamento e transferência dessa tecnologia para países com florestas tropicais e (3) estimular o desenvolvimento de mecanismos de pagamento

por serviços ambientais, vinculado à mitigação do aquecimento global. As atividades de pesquisa são:

**Avaliação da Governança Florestal.** Essa atividade tem como meta desenvolver uma metodologia de avaliação e monitoramento da governança de florestas para identificar os principais avanços e problemas na Amazônia brasileira, a fim de contribuir com a implementação de iniciativas de REDD.

**Monitoramento de emissões de carbono.** Essa atividade estima e monitora as emissões de carbono. Um modelo de emissões de carbono já foi desenvolvido e aplicado com sucesso no Estado de Mato Grosso. Em 2010, o Boletim Transparência Florestal passa a reportar as emissões de carbono dos desmatamentos e degradação florestal detectados pelo SAD.

**Estudos técnicos para projetos de REDD.** O programa contribuirá com a elaboração de estudos técnicos e científicos para a definição de pré-requisitos tais como linha de base, estimativa de adicionalidade, análises de riscos de vazamento para propostas e projetos de REDD na Amazônia.

**Recomposição florestal.** Essa atividade visa identificar e estimular oportunidades para desenvolver projetos pilotos de recomposição florestal, avaliar a sua viabilidade econômica juntamente com a vinculação a mecanismos de pagamento por serviços ambientais.

**Municípios Verdes.** O Imazon apoia a consolidação de um modelo de gestão socioambiental e o Cadastro Ambiental Rural em onze municípios

Redução de Emissões oriundas de Desmatamento e Degradação florestal, segundo o conceito adotado pela Convenção de Clima da ONU, se refere à política “para incentivar os países em desenvolvimento a tomarem medidas para a conservação florestal, gestão sustentável das florestas, e redução de desmatamento e degradação, e que em conjunto, resultem incentivos positivos pelas reduções de emissão de carbono oriundas do desmatamento, desde que tais reduções sejam mensuráveis, verificáveis, quantificáveis e demonstráveis” (G1 2009).



da Amazônia (o projeto-piloto é realizado em Paragominas) por meio de ações de monitoramento, diagnósticos socioeconômicos e florestais, e capacitação de agentes com o objetivo de reduzir o desmatamento, a degradação florestal e as emissões de carbono.

**Capacitação.** O Imazon pretende auxiliar a suprir demandas de desenvolvimento de capacidades locais para melhorar a governança e o monitoramento de projetos de REDD e de sequestro de carbono. Para isso, o instituto conduzirá cursos relacionados a esses temas no Centro de Geotecnologia do Imazon (CGI).

**Apoio a políticas públicas e disseminação.** O Imazon apoia e avalia a criação e implementação de políticas públicas e iniciativas privadas no âmbito das mudanças climáticas, bem como amplia a disseminação sobre essas ações.

*Coordenação:* Brenda Brito.

*Equipe:* Adalberto Veríssimo, Amintas Brandão Jr., Andréia Pinto, Carlos Souza Jr., Cíntia Balieiro, Júlia Ribeiro, Márcio Sales, Moira Adams, Paulo Amaral, Priscilla Santos e Sâmia Nunes.

*Colaboração:* Laurent Micol (ICV), Alice Thuault (ICV), Crystal Davis (WRI), Smita Nakhooda (WRI), Florence Daviet (WRI), Edson Vidal (Esalq/USP).

*Parcerias:* ICV, WRI, TNC e CI.

*Apoio:* TNC, Norad (Noruega) e CI.

## • Direito e Sustentabilidade

Estudos do Imazon têm revelado dois graves problemas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia:

a impunidade de crimes ambientais e a confusão sobre quem tem direitos de uso da terra na região. Além disso, a impunidade facilita a degradação ambiental e ecológica e desestimula os investidores que querem respeitar as leis (e que geralmente pagam custos maiores para produzir de forma sustentável).

A incerteza sobre o direito de propriedade de 53% da Amazônia Legal tem estimulado conflitos, dificultado investimentos e estimulado o desmatamento excessivo. A impunidade de crimes ambientais e a incerteza fundiária decorrem de várias falhas desde a formulação de leis e normas até sua aplicação. O pequeno número de juízes e de procuradores nos órgãos ambientais na Amazônia também contribui para atrasos nos processos contra os crimes ambientais.

Para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável na Amazônia será necessário fazer que as leis ambientais e fundiárias sejam coerentes e aplicadas efetivamente. O programa Direito e Sustentabilidade visa facilitar o desenvolvimento sustentável na região enfocando nos seguintes objetivos: aumentar a eficácia do combate ao crime ambiental e ampliar a regularização fundiária. Nesse programa as atividades prioritárias são:

**Avaliação do desempenho de processos contra crimes ambientais.** O fluxo dos processos de crimes ambientais nos órgãos ambientais, Ministério Público e judiciário é avaliado para identificar os principais entraves, assim como para encontrar boas práticas que

possam ser replicadas para aumentar a eficácia da lei na região.

**Disseminação dos processos contra infrações ambientais em áreas protegidas.** A disseminação dessas informações ocorre em publicações que descrevem a situação dos processos, bem como no portal [www.imazongeo.org.br](http://www.imazongeo.org.br), que contém informações sobre ocorrência de infrações ambientais em áreas protegidas na Amazônia.

**Análise das políticas de combate ao desmatamento ilegal.** O desempenho de políticas públicas (fiscalização, aplicação de penas, crédito etc.) contra o desmatamento é analisado, considerando também a influência de outros fatores relevantes como os preços de mercadorias agrícolas.

**Monitoramento e avaliação da implementação de normas sobre ordenamento territorial.** Baseado nas recentes modificações legais em âmbito federal e estadual para regularização fundiária, o Imazon avalia a implementação dessas normas e a eficácia dos programas governamentais para definição de direitos de propriedade na Amazônia.

**Disseminação.** Os resultados dos estudos desse programa são amplamente disseminados para o poder legislativo, judiciário, executivo, Ministério Público e sociedade civil por meio de publicações,

incluindo livros, resumos para políticas públicas (Série O Estado da Amazônia e notas técnicas), além de divulgação dos estudos pela imprensa e internet.

*Coordenador: Paulo Barreto.*

*Equipe: Brenda Brito, Elis Araújo e Marília Mesquita.*

*Apoio: Fundação Gordon & Betty Moore, Blue Moon Fund, Governo Britânico e Fundação Ford - Escritório do Brasil.*

## • Projeto Especial: Belém Sustentável

A crescente urbanização da Amazônia (mais de 70% dos habitantes da região amazônica estão nas cidades) motivou o Imazon a criar um projeto sobre o meio ambiente urbano com foco na **Grande Belém**. Os objetivos principais do projeto Belém Sustentável têm sido avaliar a situação socioambiental da Grande Belém, divulgar amplamente os resultados e apoiar a formulação de políticas públicas e ações de educação ambiental.

Em 2009, o projeto participou do Fórum Social Mundial, que ocorreu em Belém. Na Tenda da Reforma Urbana, pesquisadores fizeram uma apresentação sobre “Cidades Sustentáveis” na qual foi abordada a situação socioambiental de diversas cidades e iniciativas que buscam soluções, como a Rede Social de Cidades Justas e Sustentáveis.

A Região Metropolitana de Belém (RMB) ou Grande Belém é composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara.

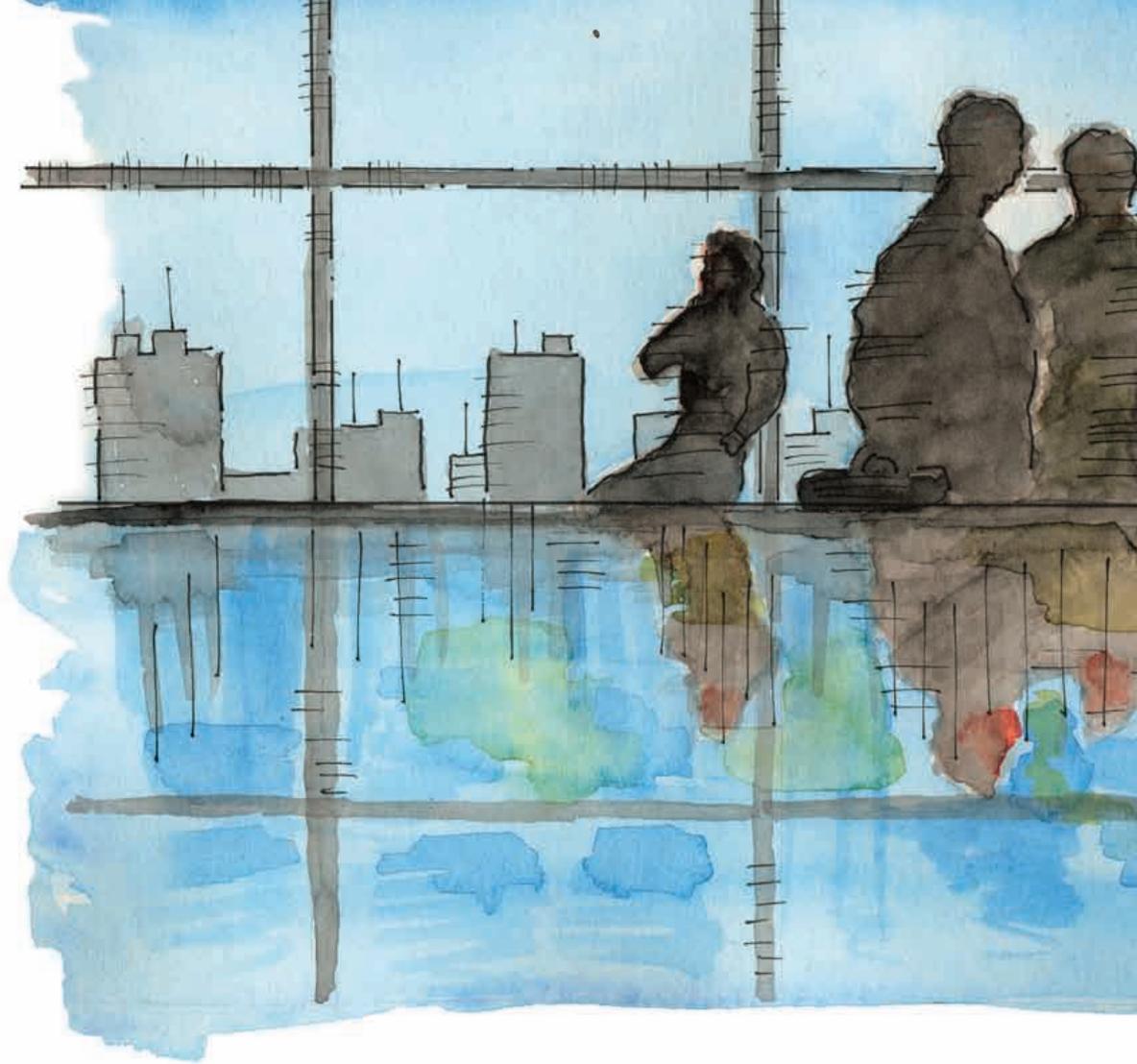
**Diagnósticos.** Em 2003 foi lançado o primeiro diagnóstico (Belém Sustentável 2003) dividido em sete temas principais: transportes, áreas verdes e recreação, lixo, esgoto, água, poluição visual e poluição sonora. Para cada um desses temas foi definido um conjunto de princípios de qualidade de vida baseado no acesso democrático aos recursos e no respeito aos ciclos da natureza.

Em 2008, foi publicado um segundo diagnóstico, que aborda os sete temas anteriores e ainda acrescenta em sua análise as florestas urbanas e o patrimônio histórico. A publicação é considerada o mais amplo relatório socioambiental já realizado sobre a Grande Belém. Para a sua elaboração o Imazon realizou coleta de dados primários e sistematização de dados e informações secundárias. Dezenas de instituições públicas, privadas e cívicas foram consultadas no processo de elaboração desse relatório.

**Exposição itinerante.** Em 2009, uma exposição itinerante percorreu todos os municípios da Grande Belém com o objetivo de levar as informações geradas no Relatório Belém Sustentável 2007 para um público mais amplo. A exposição resumia as informações do livro no formato de painéis, oficinas, vídeos e outras linguagens artísticas com objetivo de sensibilizar o cidadão.



# Resultados 2009



É um modelo de ocupação recorrente na Amazônia, no qual a economia segue o padrão “boom-colapso”, ou seja, nos primeiros anos da atividade econômica ocorre um rápido e efêmero crescimento na renda e emprego (*boom*), seguido de um colapso social, econômico e ambiental.

## • Pesquisa

### - ARTIGOS EM REVISTAS CIENTÍFICAS **A Dinâmica do Boom-Colapso na Amazônia**

Pesquisadores do Imazon, da Universidade de Cambridge - *East Anglia* e *Imperial College* de Londres, na Inglaterra, publicaram artigo na Revista *Science* sobre a dinâmica do boom-colapso na Amazônia e como o desenvolvimento humano varia pela fronteira do desmatamento na região. O artigo revela que a expectativa de vida, escolaridade e renda melhoram rapidamente em municípios que estão iniciando o processo de desmatamento, quando comparados à média nacional. Entretanto, essas melhorias

são transitórias, com todos os índices declinando na pós-fronteira a níveis similares da pré-fronteira. Esse colapso reflete a exaustão dos recursos naturais que suportaram o *boom* inicial correlacionado ao aumento da população.

### **ImazonGeo: Ferramenta para o Monitoramento e a Conservação da Amazônia**

O Imazon publicou na revista *Earth Science Informatics* artigo que apresenta a tecnologia, a arquitetura, o conteúdo e as ferramentas do ImazonGeo, portal de geoinformação desenvolvido pelo Imazon.

O ImazonGeo foi construído seguindo três princípios. Primeiro, é um





sistema baseado em *arquitetura* para infraestrutura de dados espaciais e com interface construída com *softwares* livres e dados de domínio público. Dispõe de um banco de dados que armazena resultados de análises espaciais pré-definidas. Também foram desenvolvidos relatórios customizados e ferramentas de busca para facilitar o rápido acesso à informação pelo usuário final. Finalmente, o sistema foi orientado à aplicação de monitoramento, conservação e fortalecimento da lei, o que significa que o objetivo maior do portal é contribuir para a proteção da Amazônia, aumentando a transparência das informações, subsidiando políticas e ações do governo que diminuam o desmatamento e a degradação na região.

A partir desses princípios, o ImazonGeo integra e organiza dados e informações em forma de mapas e atributos de várias fontes e tem como público-alvo governantes das esferas municipal, estadual e federal, ONGs, jornalistas, pesquisadores e estudantes.

O artigo descreve também as estratégias para aumentar a visitação no site: a criação de uma interface **geowiki** que permite os usuários colocar dados e dar *feedback* sobre o sistema. A segunda estratégia é oferecer pequenos tutoriais de uso das ferramentas e acesso às informações, além de treinamentos de curta duração e oficinas para públicos específicos. Finalmente, o Imazon pretende expandir conteúdo e desenvolver novas aplicações para o ImazonGeo,

A interface wiki permite que vários usuários atualizem uma mesma informação de lugares diferentes, tornando assim, o conteúdo mais completo e confiável. O ImazonGeo 2.0 já tem duas ferramentas wikis: uma interface de intranet para monitorar o fortalecimento de ações contra o desmatamento ilegal, que é fechada, e outra, aberta ao público, que permite o usuário apoiar ações contra o desmatamento ilegal em Áreas Protegidas na Amazônia.

-----  
 Caracterizar e quantificar estoques de carbono relacionados à degradação florestal é um dos grandes desafios para avançar na negociação de pagamentos por carbono por meio do REDD no âmbito das mudanças climáticas.

como os modelos de emissão de gás carbônico associados ao desmatamento disponibilizados em 2010 ([www.imazongeo.org.br](http://www.imazongeo.org.br)).

### **Destinação dos Bens Apreendidos**

O Imazon publicou o artigo “A Destinação dos Bens Apreendidos em crimes ambientais na Amazônia” na Revista de Direito Ambiental, a publicação mais importante do segmento no Brasil.

O artigo descreve as barreiras identificadas para a destinação dos bens apreendidos, incluindo a baixa prioridade administrativa para essa destinação, a escassez de beneficiários elegíveis para a doação e o desconhecimento ou dissenso na esfera judicial. Baseado nisso, o estudo sugere aperfeiçoamentos, tais como a reestruturação da fiscalização, a prioridade da venda em vez da doação dos bens, a preparação dos órgãos ambientais para disputas judiciais, a padronização da interpretação das normas na esfera judicial, o aumento da transparência na respon-

sabilização e o favorecimento do cumprimento das leis.

### **- CAPÍTULOS DE LIVROS Uso de sensoriamento remoto para quantificar carbono na Amazônia**

A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) publicou um livro que reúne vários estudos de caso sobre medição e avaliação da degradação florestal. Pesquisadores do Imazon contribuíram no capítulo sobre como mensurar o carbono emitido por desmatamento e degradação florestal a partir de técnicas de sensoriamento remoto. Os resultados contribuem com as negociações internacionais sobre REDD na Convenção Quadro das Nações Unidas de Mudança do Clima, pois o estudo pode oferecer estimativas acuradas de mudanças no estoque de carbono em relação à degradação florestal. Outra contribuição são as informações confiáveis para definir a linha de base, assim como melhorar o monitoramento, a divulgação e a verificação de mecanismos de REDD.

No livro *Redução da Emissão por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD): Relatório de Opções de Avaliação* preparado para o Governo da Noruega (publicado somente em inglês), o pesquisador Carlos Souza Jr. contribuiu no capítulo sobre opções para monitorar, reportar e verificar emissões para o mecanismo REDD. O capítulo cita o trabalho do Imazon no desenvolvimento de sistemas com a capacidade de usar dados de sensoriamento remoto, especialmente sensores Landsat, para detectar a floresta sem perturbação e diferenciá-la de várias classes de degradação e do desmatamento.

### **LBA - Mudanças nas taxas e padrões de desmatamento e a exploração seletiva na Amazônia**

Em 2009, foi publicado um livro que sintetiza os resultados de pesquisa do projeto LBA - *Large-Scale Biosphere-Atmosphere Experiment* na Amazônia e o Imazon contribuiu em dois capítulos.

O primeiro capítulo com a participação do Imazon chama-se *The Changing Rates and Patterns of Deforestation and Land Use in Brazilian Amazon* e trata de um dos temas centrais do projeto LBA: a mudança nas taxas e nos padrões do desmatamento e uso do solo na Amazônia brasileira. O capítulo foi escrito em parceria por pesquisadores do INPE, da Embrapa Monitoramento de Satélite, do *Goddard Space Flight Center* (NASA) e Universidade de Santa Bárbara, na Califórnia.

O segundo artigo *Selective Logging and its relation to deforestation* (Exploração de Madeira Seletiva e sua relação com o desmatamento) foi escrito em parceria pelo Imazon, Instituto Floresta Tropical - IFT, Instituto Carnegie de Stanford, *Woods Hole Research Center*, dos Estados Unidos e Instituto Internacional de Floresta Tropical de Porto Rico. Esse artigo resume os impactos do corte seletivo de madeira na Amazônia, com base em dados de campo e estudos de sensoriamento remoto.

### **- ARTIGOS EM CONGRESSOS E SIMPÓSIOS** **Fotografias hemisféricas para avaliar qualidade de manejo florestal**

O Imazon é pioneiro na avaliação da qualidade de execução de planos de manejo por imagens de satélite (ver item Boletim Transparência Manejo Florestal do Pará, na página 35). O artigo "Fotografias hemisféricas para validar o monitoramento da qualidade do manejo florestal" apresentado no XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto trata da avaliação do potencial dessas fotografias para validar o monitoramento já feito pelo instituto em florestas densas e de transição da Amazônia legal.

A exploração de madeira na Amazônia pode ser feita de duas maneiras: manejada e predatória. As duas formas de exploração causam danos à floresta, que podem ser desde moderados a severos. Esses problemas geralmente estão relacionados à abertura do dossel e por isso, quantificar essas clareiras ajuda a entender os efeitos da exploração na fauna, microclima e na qualidade da regeneração da floresta.

Os danos do dossel tem sido quantificados e qualificados por meio de medições em campo e dados obtidos por sensores remotos. Essas medições são importantes para determinar o nível de degradação e a qualidade

da exploração seletiva de madeira na região amazônica. Além disso, quando se cruzam os dados das fotografias aos estudos já realizados pelo Imazon, as fotos de campo validam os estudos feitos remotamente. Percebe-se também o potencial de essa ferramenta ser utilizada em vistorias de campo por órgãos ambientais e assim, avaliar de maneira simples a qualidade do manejo florestal, relacionando-a aos impactos deixados nos ambientes de exploração.

### **REDD e a Comunidade Jurídica**

O artigo “Sugestões para o Envolvimento da Comunidade Jurídica na Discussão sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)” foi apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Direito Ambiental com os objetivos de destacar os principais pontos do debate sobre a inclusão no mecanismo REDD em acordos internacionais sobre mudanças climáticas; apresentar a posição do governo brasileiro sobre o tema; e sugerir formas de aumentar o envolvimento de instituições da área jurídica na discussão de REDD no Brasil.

As mudanças climáticas afetam a dinâmica dos ecossistemas e o dia-a-dia de diversos países. Entre as consequências esperadas inclui-se aumentos de temperaturas, derretimento de geleiras, furacões, tornados e tempestades mais intensas, além de períodos secos mais prolongados. Há também regiões do planeta que serão inundadas com o aumento dos níveis dos oceanos. Na tentativa de mitigar e

adaptar-se a esse fenômeno, diversos países assinaram convenções e protocolos, como o Protocolo de Quioto, com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, a principal causa do problema. A partir de 2005, a discussão por soluções para mitigação e adaptação às mudanças climáticas passou a envolver a criação de um mecanismo REDD.

Considerando a importância do Brasil no debate sobre REDD, o artigo defende que a comunidade jurídica brasileira deve ser envolvida nas discussões sobre a criação desse mecanismo nacionalmente para que as instituições estejam familiarizadas com o tema e para que a elaboração de eventuais regulamentações não demorem a acontecer. Esse envolvimento antecipado também contribuiria com a disseminação do tema entre profissionais de direito, os quais inevitavelmente irão se deparar com situações envolvendo a necessidade de aprovação de projetos de REDD com populações indígenas, comunidades tradicionais, em áreas protegidas e outras situações que envolvem diretamente órgãos governamentais.

Esse envolvimento mais ativo nessas discussões poderia iniciar com a criação de uma comissão multi-institucional na OAB, além de discussões nas Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e criação de um fórum com participação dos Ministérios Públicos Estaduais. Sugere-se também a organização de seminários pela Associação de Magistrados e também pela Advocacia Geral da União.

### Planejamento Integrado das UCs da Calha Norte

O artigo "Planejamento Integrado das Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte: O Pará unindo esforços para consolidação de 12,8 milhões de hectares de áreas protegidas" foi publicado no IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação realizado em Curitiba, no Paraná.

O artigo descreve como o consórcio de instituições com atuação na Calha Norte (Imazon, Imaflora, CI, MPEG e Governo do Pará) tem atuado na elaboração dos Planos de Manejo e na consolidação das Unidades de Conservação da Calha Norte do Pará. O artigo também descreve o processo de formação e capacitação dos conselhos com a realização de entrevistas com todas as organizações, grupos informais e lideranças relacionadas às UCs.

#### - RELATÓRIOS TÉCNICOS

Em 2009, o Imazon publicou quatro relatórios técnicos no âmbito do Projeto Estruturante de Manejo Florestal Não-madeireiros na Amazônia do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Esse projeto tem como objetivo fomentar o manejo florestal na região por meio do desenvolvimento, validação e difusão de boas práticas silviculturais e agroindustriais, direcionados a seis espécies: açaí, andirobra, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e cipó unha-de-gato.

O relatório *Cadeias Produtivas de espécies florestais de uso não-madeireiros: açaí, andirobra, babaçu, castanha-do-brasil,*

*copaíba e cipó unha-de-gato* é o primeiro da série e é direcionado à sistematização de dados e à descrição e análise de cadeias produtivas das seis espécies do projeto. A publicação inclui a situação da Amazônia em relação a florestas remanescentes, produção de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), evolução da criação de áreas para manejo e identificação dos agentes que direta ou indiretamente são atuantes nas cadeias produtivas. O relatório inclui ainda uma seção para cada produto, descrevendo: ocorrência natural, principais estados e municípios produtores, potencial produtivo, principais agentes e etapas da cadeia de produção (coleta, beneficiamento, processamento e comercialização).

O segundo relatório chama-se ***Boas Práticas de Manejo Florestal de espécies com uso não madeireiro; açaí, andirobra, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e cipó unha-de-gato*** e apresenta na forma de guia um conjunto de boas práticas indicadas para manejo dessas espécies.

O terceiro relatório, *Análise das Unidades Amostrais do Projeto Estruturante de Manejo Florestal Não-madeireiro na Amazônia Legal*, revela as potencialidades e limitações locais para o manejo florestal de produtos não madeireiros na Amazônia legal.

O último relatório é um *Guia Metodológico para Diagnóstico Preliminar de Condições Locais para o Manejo Florestal Não-madeireiros*. O objetivo é documentar e disponibilizar os procedimentos de coletas de dados utilizados em todo o processo de diagnósticos locais, e des-

Milhares de famílias estão envolvidas na coleta e beneficiamento de PFNM, utilizando-os em regime de subsistência. O aumento na escala de produção e o uso comercial desses produtos necessitam de técnicas que propiciem a conservação das florestas e seus atributos e também cuidados especiais com a manipulação dos produtos, visando à segurança do produtor e do consumidor. Para tal conjunto de medidas se atribui o termo Boas Práticas de Manejo.

sa forma, permitir que sejam replicados e/ou adaptados a outras unidades amostrais.

## • Políticas Públicas

Em 2009, o Imazon integrou os seguintes Conselhos Técnicos e Câmaras:

- Conselho de Gestão de Florestas Públicas (órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro), representando as organizações ambientalistas. Representante: Adalberto Veríssimo.
- Comitê Técnico do Fundo Amazônia. Representante: Adalberto Veríssimo
- Conselho Consultivo do Parque Estadual do Utinga (em Belém, Pará). Representante: Netuno Leão.
- Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará (CTSFS). Representantes: André Monteiro e Denys Pereira.
- Câmara Ambiental do Conselho Diretor do FSC - Iniciativa Brasil. Representante: Paulo Amaral.
- Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, como representante do Observatório do Clima. Representante: Brenda Brito.
- Grupo Executivo Intergovernamental do Programa Terra Legal, como suplente do Fórum Amazônia Sustentável. Representante: Brenda Brito.

### Acordos de Cooperação Técnica

Em 2009, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com o Governo do Pará, Federação das Indústrias do Estado do Pará e Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado

do Pará – APEF. O objetivo desse acordo foi realizar um estudo-diagnóstico, intercâmbio tecnológico e apresentação de propostas ou ações para aprimorar a eficiência, transparência e agilidade do licenciamento ambiental das atividades econômicas no Estado do Pará, especialmente nos projetos de manejo florestal e reflorestamento. Também foi assinado um acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso para apoiar tecnicamente a Secretaria no monitoramento da exploração madeireira em áreas de floresta amazônica no Estado.

### Participação do Imazon em Redes

O Imazon participa de duas iniciativas em rede: a ARA e a RAISG. A Articulação Regional Amazônia (ARA) é uma iniciativa recente que reúne cerca de 40 ONGs com atuação nos países Amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Por enquanto ainda não há participação de ONGs da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Do Brasil participam da iniciativa Imazon, ISA, Idesam e ICV. A estratégia da ARA é apoiar a formação de uma rede regional de instituições da sociedade civil com capacidade de intervir na dinâmica de ocupação da Amazônia contribuindo para manter a integridade ambiental (redução do desmatamento e degradação florestal); promover a melhoria das condições de vida e respeitar a diversidade cultural da região. A ARA tem recebido apoio das Fundações Avina e Skoll. Atualmente, a Secretaria Executiva da ARA esta a cargo da ONG Faro com sede no Equador.

Já a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciadas (RAISG) é um espaço de intercâmbio e articulação de informações socioambientais georreferenciadas, ao serviço de processos que vinculam positivamente os direitos coletivos com a valorização e sustentabilidade da diversidade socioambiental na região amazônica. O principal objetivo da Rede, desde sua fundação em 1996 é estimular e possibilitar a cooperação entre instituições que já trabalham com sistemas de informações socioambientais georreferenciadas na Amazônia, utilizando para isso uma metodologia baseada na coordenação de esforços conjuntos, mediante um processo acumulativo, descentralizado e público de intercâmbio, produção e divulgação de informações.

### **Programa de Apoio ao Manejo Florestal do Pará - PAMFLOR**

O Governo do Estado do Pará assinou Decreto nº 1.976 para instituir o PAMFLOR (Programa de Apoio ao Manejo Florestal no Estado do Pará). Esse Programa é fruto de uma ação conjunta entre os diversos atores do setor florestal do Estado (Aimex, Fiepa, Uniflor, Imazon, APEF, IFT, Sema e Ideflor) para criar um sistema público de apoio a bons projetos de manejo florestal no Pará.

A adesão ao PAMFLOR pelas empresas privadas e projetos de base comunitária e familiar é voluntária. Aqueles que aderirem ao programa têm incentivos como análise diferenciada dentro da Sema. No entanto, os

participantes estarão sujeitos ao monitoramento remoto (por meio de tecnologia desenvolvida pelo Imazon) e à verificação em campo independentes. Além disso, as empresas que aderirem ao PAMFLOR receberão capacitação em técnicas de manejo florestal.

Os objetivos do PAMFLOR são: implementar um sistema de monitoramento remoto, usando imagens de satélite para avaliar os planos de manejo florestal; adotar um sistema de verificação independente das práticas florestais no campo, realizado por ONGs de reconhecida capacidade técnica, profissionais liberais credenciados e empresas de prestação de serviço credenciadas ao programa; realizar ações de assistência técnica, capacitação e treinamento em manejo florestal sustentável; promover o desenvolvimento do manejo florestal comunitário e familiar; melhorar o padrão tecnológico da indústria de base florestal; manter um sistema de comunicação e transparência pública sobre o processo de licenciamento ambiental; e conduzir estudos sociais e econômicos que forneçam informações estratégicas sobre o setor florestal.

### **MP 458**

A regularização fundiária na Amazônia é um requisito fundamental para viabilizar o avanço e sucesso de políticas na área ambiental e socioeconômica na região. Por isso, é importante eliminar a falta de clareza e a falta de implementação de regras sobre o assunto, pois o atual quadro de incerteza sobre direitos de propriedade estimula

ocupações informais e incentiva práticas predatórias como o desmatamento.

Para tentar regularizar a situação de ocupações em glebas federais na Amazônia, o governo federal editou a Medida Provisória (MP) nº 458 de 10 de fevereiro de 2009. O Imazon avaliou que essa MP poderia estimular novas ocupações e por isso propôs emendas. As recomendações indicavam a exclusão da possibilidade de doação de áreas contínuas de até um Módulo Fiscal (Art. 10 da MP 458/2009); exigência do pagamento de imóveis à vista e exclusão da possibilidade de pagamento dos imóveis em até vinte anos com carência de três anos; revogação da possibilidade de reconhecimento de novas posses e concessão de crédito (presentes nos artigos 29 e 30 da Lei nº 6.383/1976) para eliminar estímulos a novas ocupações na região; estipulação de um prazo para que houvesse verificação factual da situação ambiental do imóvel por meio de vistoria ou análise de imagens de satélite pelo órgão ambiental; e inclusão no texto da lei a ser gerada com a conversão da MP de que regularização fundiária deveria obedecer ao Zoneamento ecológico-econômico estadual quando ele existir.

A MP 458 foi convertida na Lei nº 11.952 em junho de 2009. Para avaliar sua aplicação e efeitos, o Imazon iniciou um projeto de acompanhamento do programa Terra Legal, criado para implementar a nova lei. O projeto conta com apoio do Departamento de Meio

Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido e da Fundação Ford-Escritório do Brasil.

### Ofício para o Conselho de Justiça Federal

Em novembro, o Imazon encaminhou ofício aos membros do Conselho de Justiça Federal com sugestões para aumentar a presença da justiça federal na Amazônia. O documento enfocou a distribuição e destinação de 230 vagas federais criadas pela lei 12.011/2009. Entre as sugestões, destacam-se a destinação de 98 das novas varas federais criadas para a **Amazônia**, pois os estados da região estão entre aqueles com maior demanda por varas federais segundo a estimativa do Índice de Carência de Vara da Justiça Federal (ICVJF) realizada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). Outra sugestão foi destinar parte das varas federais criadas na Amazônia para a área ambiental.

Dessa maneira, as regiões com alta densidade de multas, mas onde há apenas uma ou poucas varas, poderiam ser contempladas com uma nova vara ambiental, como em Porto Velho, Guajará Mirim, Rio Branco, Sinop, Marabá, Palmas e Santarém. Já as regiões com alta densidade de multas, sem vara, poderiam receber pelo menos uma vara, mesmo que não especializada, como em Paragominas e São Félix do Xingu, no Pará, e Alta Floresta, no Mato Grosso.

No início de 2010, o Conselho de Justiça Federal votou a distribuição geográfica das vagas criadas e destinou 42 vagas para a região amazônica. O estado do Pará ficou com 10 novas varas, incluindo uma especializada em meio ambiente em Belém. Outros seis municípios do Estado (Marabá, Redenção, Itaituba, Paragominas, Santarém e Tucuruí) também receberão varas. Além de Belém, três outras capitais receberão varas ambientais: Manaus (AM), Porto Velho (RO) e São Luís (MA).

### Parceria com Ministério Público para monitoramento de áreas protegidas

O Imazon possui convênio com **MPE e MPF de estados da Amazônia Legal** para agilizar ações de combate ao desmatamento ilegal em áreas protegidas usando o SAD, detectando em tempo quase real os desmatamentos ilegais nessas áreas. Por sua vez, MPE e MPF usam essa informação para cobrar dos órgãos ambientais a verificação em campo do desmatamento e também acompanhar o processo de responsabilização dos crimes ambientais nas áreas protegidas. O próprio Imazon gera as **Representações** e encaminha ao MPE e MPF para aumentar a agilidade na adoção de providências para coibir o desmatamento em áreas protegidas.

Em 2009 foram encaminhadas 75 representações de desmatamento para o Ministério Público. Desse total, 44 foram direcionadas ao MPE e 31 foram para o MPF. Desde o início da parceria, em novembro de 2007, o Imazon já encaminhou 220 representações com casos de desmatamento ilegal em Áreas Protegidas no Pará.

### MPF - PA cita dados do Imazon em Ações Civis Públicas

O MPF - PA utilizou dados do Imazon referentes à arrecadação de multas de crimes ambientais na Amazônia em Ação Civil Pública deman-

dando a lotação imediata de três Procuradores Federais na Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes no Pará ou fixação como lotação ideal para a Procuradoria Federal Especializada atuante junto ao Ibama/PA o número de 10 Procuradores Federais, bem como a nomeação de dois novos Procuradores Federais para as vagas que se encontram abertas na Procuradoria Federal Especializada do Ibama/PA. A citação está transcrita a seguir: *“a ínfima arrecadação em relação ao montante aplicado (...) reduz drasticamente o potencial prejuízo ao infrator causado pela fiscalização. Em trabalho realizado pelo Imazon, em 2004, verificou-se que 20% dos infratores respondiam por 80% do valor total das multas, ou seja, responsáveis pela maior parte do impacto ambiental causado na Região”*.

Outra Ação Civil Pública que utilizou dados do Imazon diz respeito à atuação de frigoríficos atuantes na Amazônia que foram corresponsabilizados pelos danos causados ao meio ambiente por empresas agropecuárias já autuadas. Os dados utilizados entram no tópico sobre o avanço do desmatamento na região amazônica, como a correlação entre a queda do desmatamento e a queda dos preços de produtos agropecuários (boi e soja) e os dados do desmatamento contidos no Boletim de Transparência Florestal do Estado do Pará, no qual se destaca o trecho: *“No Pará, o desmatamento detecta-*

O Imazon celebrou em 2008 acordos de cooperação técnica com o Ministério Público Federal do Pará e os Ministérios Públicos Estaduais do Pará, Roraima, Amapá e Mato Grosso, além de parcerias com as Secretarias de Estado de Meio Ambiente do Pará e Mato Grosso.

Representação é toda notícia de irregularidade levada ao conhecimento do Ministério Público. Qualquer cidadão pode representar ao MPF, podendo fazê-lo por escrito ou pessoalmente na Procuradoria. A Representação também pode ser feita por pessoas jurídicas, entidades privadas, entidades de classe, associações civis ou órgãos da administração pública. A partir da Representação ocorre uma investigação do Ministério Público.

do pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) atingiu 65 quilômetros quadrados nos três primeiros meses de 2008 (janeiro a março). Esse valor foi mais do que o dobro da área desmatada no mesmo período de 2007 quando totalizou 28 quilômetros quadrados.”

O MPF - PA criou um fórum de discussão permanente sobre o setor florestal e madeireiro. O Imazon foi convidado a fazer parte desse grupo.

### Recomendações do MPF - PA à Sema

O MPF - PA recomendou à Sema que adote 42 medidas para evitar que as fragilidades do sistema de fiscalização continuem permitindo a atuação das quadrilhas que “esquentam” produtos ilegais, tornando sua comercialização aparentemente lícita. Segundo o MPF, a Sema -PA precisa melhorar seu banco de dados e divulgar na internet as autorizações que concede. Algumas das 42 medidas são baseadas em pesquisas e sugestões do Imazon, que demonstrou em estudos o alto número de Plano de Manejo aprovados em áreas previamente desmatadas, exploradas, com presença recente de incêndio ou até mesmo sem potencial madeireiro. As recomendações incluíram: solicitar informações ao Ibama acerca da existência de prévio desmatamento, exploração, ou qualquer outra irregularidade na área pretendida antes de aprovar qualquer Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e promover a integração entre o SIMLAM com sistemas externos, em especial o DETER e o PRODES do Inpe e o SAD do Imazon, para alimentá-lo com informações relativas às áreas desmatadas e o DETEX, do INPE, com informações relativas às áreas com prévia exploração seletiva.



Capa do Roteiro Metodológico

### UCs na Calha Norte

Em 2009, o Imazon e demais parceiros (veja artigo na página 25) publicaram um **Roteiro Metodológico** para Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Pará que estabelece três capítulos para os documentos, a saber: Aspectos Gerais da UC, Diagnóstico da UC e Planejamento da UC (ver quadro na página 31).

Serão feitos os Resumos Executivos para o Plano de Manejo de cada UC, com o objetivo informar o público técnico. Esses resumos irão conter a caracterização e o diagnóstico da UC e sua área de abrangência; o zoneamento da UC e os Programas Temáticos de Manejo da UC. Também serão divulgadas cartilhas direcionadas ao público em geral, em uma linguagem acessível, com mapas das UC do estado do Pará; as características gerais da UC, as legislações relacionadas, a caracterização ambiental e socioeconômica, além do zoneamento e diagrama dos programas de Manejo. A previsão é que até junho de 2010, os Planos de Manejo das Flotas de Faro, Paru e Trombetas sejam publicados.

O Imazon ainda contribuiu com o Imaflorea na formação dos Conselhos Consultivos das Flotas de Faro, Trombetas e Paru, desenvolveu uma metodologia para elaboração de mapas de alcance madeireiro e comunitário e concluiu zoneamento das três Flotas da região.

### Paragominas: Município Verde 2ª FASE

Ainda em 2008, o Imazon assinou convênio com a Sema (Pará) e a Prefeitura

Municipal de Paragominas para a elaboração e apoio à execução de um programa de combate ao desmatamento no município. O projeto chamado “Paragominas Município Verde” também contempla esforços de cadastramento ambiental das propriedades rurais e o desenvolvimento de alternativas econômicas com base no manejo florestal, reflorestamento e intensificação de boas práticas agropecuárias.

Em 2009, o Imazon monitorou o desmatamento e disponibilizou os dados **mensalmente** para a Prefeitura de Paragominas. Além disso, foi assinado um novo acordo de cooperação técnica, o qual inclui a ONG TNC, com o papel de disponibilizar ferramentas e pessoal para o cadastramento georreferenciado das propriedades.

O Diagnóstico Socioeconômico e Florestal do Município de Paragominas foi finalizado e divulgado pelo Imazon. O diagnóstico revela que a base de informação fundiária georreferenciada existente do município cobre 42% da área de Paragominas, o equivalente a 810.290 hectares. Portanto, há uma lacuna de informações georreferenciadas para 1,12 milhão de hectares (58% da área total). Outra informação de destaque é que Paragominas tem atualmente 748 mil hectares (38,7% do município) de áreas em que a floresta foi completamente removida (corte raso) e 130 mil hectares (6,8%) de áreas de florestas altamente degradadas, totalizando 878 mil hectares de desmatamento e degradação, equivalente a 45% de sua área.

A meta é que ao final desse **projeto**, Paragominas seja considerada tanto no

cenário estadual como no nacional um exemplo de município mais sustentável. O modelo a ser implementado nesse projeto deve servir de orientação aos processos de desenvolvimento local e regional da Amazônia.

### **Política de preços mínimos para produtos florestais não madeireiros**

A Política de Garantia de Preços Mínimos é definida pelo governo para produtos de safras regionais e tem por objetivo garantir ao agricultor ou produtor uma renda mínima no caso de excesso de oferta do produto. O Imazon, por meio da divulgação semanal na página institucional na internet e no programa de rádio Clube do Campo, da Rádio Clube do Pará, tem auxiliado no estabelecimento dessa política para os produtos florestais não madeireiros. Saiba mais sobre o programa de rádio na página 35.

### **Nota contra o desmonte da política ambiental**

Em 4 de junho, véspera do dia Mundial do Meio Ambiente, 22 ONGs, incluindo o Imazon, assinaram uma nota endereçada à sociedade contra o desmonte da política ambiental brasileira. Em síntese, a nota coloca a extrema preocupação das organizações signatárias com os rumos da política socioambiental brasileira e afirma que vivemos um momento em que há a tentativa de desmonte do arcabouço legal e administrativo de proteção ao meio ambiente arduamente construído pela

Entre janeiro e junho, não foram detectados focos de desmatamentos em Paragominas. Em julho, foram detectados seis focos (2 dentro do município e 4 na divisa com Ulianópolis). Todos os focos foram validados em campo em uma operação de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. No segundo semestre, foram mais nove focos no município. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe - entre março de 2008 e março de 2009 o desmatamento caiu 43%.

Em março de 2010, o município de Paragominas saiu da Lista de Desmatamento criada em 2007 pelo Ministério do Meio Ambiente.

sociedade nas últimas décadas. O objetivo principal da nota é convocar todos os cidadãos brasileiros a refletirem sobre as opções que vem sendo tomadas pelas autoridades. Leia a nota na íntegra ao final desse relatório (Anexo 1).

### Observatório do Clima

Em 2009, o Imazon passou a fazer parte da Comissão Executiva de apoio do Observatório do Clima, ao lado de TNC, CI e SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental). A nova coordenação é da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. A Fundação Getúlio Vargas continua como facilitadora do Observatório e também como gerenciadora de recursos captados para as iniciativas do grupo.

Em 2008, as ONGs mais atuantes no grupo elaboraram um documento para contribuir com a aprovação no congresso nacional de uma lei sobre política nacional de meio ambiente. Esse documento foi entregue a deputados durante um evento em novembro de 2008 e em 2009 o Deputado Rocha Loures apresentou novo projeto para essa lei e usou o documento do Observatório do Clima como base - uma primeira vitória do grupo. Além disso, em 24 de junho de 2009 o Observatório do Clima organizou a Mesa Redonda Rumo à COP-15, com a presença de representantes do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Ciência e Tecnologia. Na

ocasião, os membros do Observatório entregaram ao governo e publicaram o *Manifesto por uma posição consistente do governo brasileiro frente à mudança do clima* (Anexo 2).

### Macro Zoneamento da Amazônia

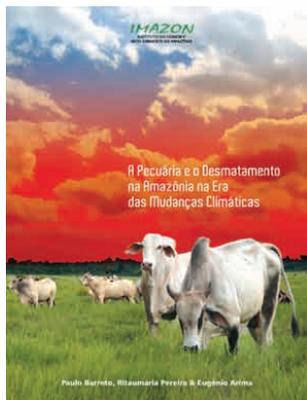
Três publicações do Imazon foram usadas como referência pelo Ministério do Meio Ambiente para a discussão do macrozoneamento da Amazônia.

“O avanço das estradas endógenas na Amazônia”, “**A Pecuária e o Desmatamento na Amazônia na Era das Mudanças Climáticas**” e “A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas na Amazônia”.

### • Disseminação

#### Mapa Raisg

O mapa Amazônia 2009 é o primeiro produto da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (**RAISG**), que envolve instituições de pesquisa, governamentais e da sociedade civil do Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Colômbia e Guiana Francesa, incluindo o Imazon. A publicação teve como objetivo primordial contribuir para superar visões fragmentadas e fomentar iniciativas e processos integrados, nacionais e internacionais, que colaborem na consolidação de áreas protegidas e territórios indígenas, como parte expressiva da solução para a conservação e uso sustentável desse ecossistema.



<http://raisg.socioambiental.org>

## ImazonGeo 2.0

O ImazonGeo entrou para a versão 2.0 com novas funcionalidades. A principal delas é uma nova camada de análises incorporada: Infrações Ambientais em Áreas Protegidas. Nessa camada, o usuário tem acesso a dados coletados diretamente do Ibama sobre a localização, caracterização e situação de casos de infrações ambientais nessas áreas. Além disso, o ImazonGeo possibilita diferentes tipos de análises a partir dessas informações, como os *rankings* de Estados por valor de multas ambientais em áreas protegidas ou de Unidades de Conservação federais por quantidade de processos administrativos, além de diversas outras opções de acordo com o interesse do usuário.

O ImazonGeo 2.0 também apresenta as Representações feitas no âmbito da cooperação técnica com os Ministérios Públicos Estaduais e Federais da Amazônia Legal (ver página 26). Essas representações criminais são elaboradas pelo Imazon após detectados desmatamentos em Áreas Protegidas pelo SAD. Depois são repassadas aos procuradores que tomam os encaminhamentos pertinentes aos casos. As informações sobre os passos tomados pelos MPs passam a ser públicas quando ocorre abertura de processo judicial de responsabilização ambiental. Para conhecer mais sobre uma Representação feita pelo Imazon, basta clicar o ícone R no **ImazonGeo**. Visite: [www.imazongeo.org.br](http://www.imazongeo.org.br).



### Preços dos Produtos não madeireiros, mercado de açaí na rádio clube

O Imazon participou de 50 programas **Clube do Campo da Rádio Clube AM**, para divulgação de preços semanais de produtos florestais não madeireiros, tais como açaí e óleos de andiroba e copaíba. Além disso, o Imazon coorganizou a realização de dois debates no programa Clube do Campo: “A produção e o mercado do Açaí em Belém” realizado em abril e “Cuidados fitossanitários na coleta e beneficiamento do açaí”, realizado em novembro.

O programa Clube do Campo pode ser ouvido aos domingos ao vivo, às 7 horas da manhã na frequência 690 khz AM no Pará; pelo website da rádio ([www.radioclubedopara.com.br](http://www.radioclubedopara.com.br)); e pelo canal 402 da TV por assinatura Sky. Estima-se que 85% das pessoas do estado do Pará que estão com o rádio ligado ouvem o programa.

### Parceria Imazon e Google

Durante a Conferência de Copenhagen, a Google apresentou um protótipo de plataforma para monitoramento de florestas que incluirá o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon e CLASlite, do *Carnegie Institution for Science* (Universidade de Stanford). Esse sistema tem como vantagem principal a velocidade, pois ao usar o poder computacional da Google baseado em nuvem, reduz-se o tempo de processamento para alguns segundos. O objetivo da plataforma é agilizar a detecção de exploração

madeireira ilegal e possibilitar a ação das instituições responsáveis pela aplicação da lei, evitando assim, mais desmatamentos. Outra vantagem é a facilidade de uso e custos baixos: a plataforma *online* oferece acesso fácil aos dados, algoritmos e potência a partir de qualquer navegador *web* e diminui a complexidade para que os países tropicais monitorem suas florestas, além da segurança, privacidade e transparência para o compartilhamento de dados e resultados, tornando possível a colaboração e apresentação de dados para o público.

### Transparência Florestal

Em 2009, o Imazon aprimorou as atividades do monitoramento do desmatamento em toda Amazônia Legal. O sistema utilizado para gerar os boletins evoluiu para o SAD 3.0 Beta, que possui uma interface gráfica que torna o trabalho mais simples.

Foram publicados 11 boletins com dados de janeiro a novembro de 2009. Os boletins tiveram grande repercussão na mídia, posicionando o Imazon como uma das principais fontes de informação sobre o desmatamento na Amazônia Legal. Os boletins chamaram a aten-

ção de governantes e da sociedade para os números do desmatamento e para a criação de políticas públicas.

### **Transparência Manejo Florestal**

A primeira edição do Boletim Transparência Manejo Florestal teve como objetivo divulgar a situação da exploração de madeira no Estado do Pará entre 2007 e 2008.

A avaliação consistiu na estimativa da área explorada e na verificação das autorizações de exploração florestal (AUTEF) de créditos de madeira emitidos SEMA - PA e da qualidade de execução do manejo florestal nas áreas autorizadas para exploração. O sistema de monitoramento do manejo foi realizado em conjunto com Simlam (SEMA), Sisflora e da análise de imagens de satélite geradas pelo Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira - SIMEX, desenvolvido pelo Imazon para monitorar o manejo florestal e a exploração de madeira não autorizada. O sistema utiliza imagens Landast 5 (de 30 metros de resolução espacial) para detectar exploração seletiva de madeira. O sistema entrou em operação no ano de 2009 para o Pará e em 2010 será expandido para o

Mato Grosso. A divulgação do boletim Manejo Florestal foi feita a partir de reportagem especial na Folha de São Paulo, para sociedade em geral e para atores estratégicos. Também foi publicada uma versão em inglês do boletim.

### **Boletim Sul do Amazonas**

Foi publicada a primeira edição do Boletim Monitoramento da Cobertura Florestal do Sul do Amazonas, que compreende os municípios de Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Nova Aripuanã. Com esse boletim, foi possível conhecer a situação da região, pois ele resume as informações de onde estão os desmatamentos, os focos de queimadas e a abertura de estradas não oficiais da região, tudo de maneira simples, por meio de gráficos, tabelas e mapas voltados para as comunidades locais. No primeiro boletim, a análise começa em agosto de 2006 e vai até julho de 2009.

Os boletins serão divulgados a cada seis meses e são uma iniciativa do Consórcio Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas que tem como parceiros o IEB, Imazon, Kanindé, CSF e ACT - Brasil.

# Imazon na Mídia



**A**cada ano, o Imazon se consolida como fonte de informação sobre a Amazônia na imprensa. Em 2009, foram 633 inserções originais e 1.145 **reproduções** registradas, no total de 1.778 matérias em todos os tipos de veículos conforme a Tabela 1.

Uma matéria é considerada reprodução quando um veículo menor, por exemplo, um blog replica integralmente uma notícia de um veículo maior (uma agência) e cita a fonte.

Diversos assuntos foram destaque na mídia em 2009, entre eles: desmatamento, pecuária, regularização fundiária, crimes ambientais, entre outros. As publicações do instituto tiveram ampla repercussão na mídia, com destaque para os livros “Como prevenir e punir infrações ambientais em áreas protegidas na Amazônia?” e “A Impunidade de Crime Ambientais em Áreas Protegidas Federais na Amazônia” e para a publicação da série O Estado da Amazônia - “Os Riscos e os Princípios para a Regularização fundiária na Amazônia”.

Foram 20.658 *downloads* de publicações feitos pela página do Imazon na Internet. A Tabela 2 mostra as dez primeiras publicações desse *ranking*.

**Website.** Foi o meio com maior número de inserções originais, no total de 267 inserções. Teve ampla divulgação em importantes sites como G1 (Globo Amazônia), Portal Terra, UOL e sites especializados em meio ambiente, como Amazônia.org e O Eco.

**Jornal Impresso.** Foram 145 inserções originais em importantes jornais como Folha de São Paulo (22 inserções) e O Estado de São Paulo (15 inserções) e em jornais regionais como O Liberal, Diário do Pará e Diário de Cuiabá.

**Agência.** O Imazon foi consultado por importantes agências de notícias, com destaque para BBC Brasil, Agência Brasil e Reuters, totalizando 84 inserções originais, que foram amplamente reproduzidas em diversos veículos.

**TV.** Os pesquisadores do Imazon concederam 72 entrevistas para programas de destaque como Bom Dia Brasil, da TV Globo e Jornal da Record. Esses telejornais possuem audiências de mais de 20 milhões de espectadores.

**Rádio.** Foram catalogadas a participação em 44 programas de rádio, com destaque para a reportagem especial sobre o desmatamento feito pela rádio alemã *Deutsche Welle*.

**Tabela 1.** Inserções por veículo.

Tipo de Veículo	Nº de inserções
Website	267
Impresso	145
Agência	84
TV	72
Rádio	44
Revista	21
Total original	633
Total Reproduções	1.145
Total Geral	1.778

**Tabela 2.** Ranking de downloads.

Publicações	Quantidade
A Pecuária e o Desmatamento na Amazônia na Era das Mudanças Climáticas	1.292
Floresta para Sempre: Um Manual para a Produção de Madeira na Amazônia	938
Belém Sustentável 2007	788
A Impunidade de Crimes Ambientais em Áreas Protegidas Federais na Amazônia	680
Quem é Dono da Amazônia: Uma Análise do Recadastramento de Imóveis Rurais	671
Como Prevenir e Punir Infrações Ambientais em Áreas Protegidas na Amazônia?	537
Os Riscos e os Princípios para Regularização Fundiária na Amazônia	413
Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica	410
Guia para o Manejo Florestal Comunitário	388
Transparência Florestal da Amazônia Legal (Julho de 2009)	376
<b>Total de Publicações</b>	<b>20.658</b>



## Eventos

### ► FEIRAS

#### Fórum Social Mundial

O Imazon participou do Fórum Social Mundial (FSM) realizado em Belém em janeiro de 2009. O projeto Belém Sustentável realizou o pré-lançamento da Exposição Itinerante na Tenda da Reforma Urbana, espaço escolhido para interagir com movimentos sociais, instituições engajadas nas lutas por reformas urbanas e público interessado. A exposição recebeu a visita de 2.100 pessoas. Também foi realizada a palestra “Cidades Sustentáveis”, que abordou a situação socioambiental de diversas cidades, além das iniciativas que estão em processo, por exemplo, Rede Social de Cidades Justas e Sustentáveis, Metrôpoles Saudáveis, *Green City*, entre outras.

O Fórum Amazônia Sustentável coorganizou o seminário Conexões Sustentáveis: São Paulo – Amazônia em parceria com o Movimento Nossa São Paulo. Além dessas atividades, o Imazon dividiu *stand* com o IEB e o Imaflo na Feira Institucional que correu paralela às atividades do FSM.

#### 43ª Agropec

Em agosto de 2009, ocorreu a 43ª Feira Agropecuária de Paragominas. O Imazon e os parceiros do projeto Paragominas Município Verde (incluindo a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Produtores Rurais) organizaram um *stand* sobre o projeto para divulgar o projeto, apresentar resultados preliminares e orientar produtores rurais interessados em aderir

ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). O público estimado foi cerca de 20 mil pessoas por dia.

#### Feira da Madeira

Em outubro, o Imazon participou como expositor da VIII Feira de Máquinas, Móveis e Produtos do Setor Madeireiro, conhecida como Feira da Madeira 2009, em Belém. A Feira foi realizada no Centro de Convenções e Feiras da Amazônia - Hangar e destinada a especialistas, empresários, acadêmicos e representantes da cadeia produtiva madeireira. Movimentou cerca de 20 milhões de negócios e recebeu 15.000 visitantes. O estande do Imazon foi uma cortesia da organizadora da Feira, a Aimex.

### ► AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Em abril, o pesquisador Paulo Barreto participou de Audiência Pública do Senado Federal sobre a regularização fundiária na Amazônia. Ele palestrou sobre o tema para as Comissões do Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária do Senado e mostrou que a Medida Provisória 458 pode ser negativa por manter vários subsídios e estímulos à ocupação ilegal da região (ver item MP 458, na página 27). Na palestra, Barreto sugeriu também eliminar esses subsídios exigindo o pagamento à vista e pelo preço de mercado das terras e recomendou que o dinheiro arrecadado fosse destinado para um fundo de regularização fundiária e ambiental dos assentamentos de reforma agrária e das áreas protegidas.

Também em abril, o pesquisador Adalberto Veríssimo foi um dos expo-

sitores da audiência pública convocada pelas 11 comissões do Senado Federal para discutir a proposta de alteração do Código Florestal feita pela Confederação Nacional da Agricultura. A apresentação feita por Veríssimo teve como base três argumentos: primeiro, não permitir alterações na legislação que incentivem novos desmatamento na Amazônia; segundo, deve-se cessar o desmatamento e avançar no processo de reflorestamento dos passivos ambientais das propriedades rurais (tanto Reserva Legal como Área de Preservação Permanente); e finalmente, usar o instrumento do ZEE para tratar da adequação do passivo ambiental na Amazônia e não tentar fazer isso por meio de alteração do Código Florestal.

Em maio, foi organizada a Vigília da Amazônia, pelo Movimento Amazônia para Sempre e pelas comissões de Mudanças Climáticas, de Meio Ambiente e de Direitos Humanos do Senado Federal. Como parte da programação da vigília em defesa da conservação da Amazônia, especialistas abordaram a importância estratégica do ecossistema amazônico e falaram de iniciativas para desenvolvê-lo de forma sustentável. Paulo Barreto estava presente e defendeu a realização de uma regularização fundiária que cobre pelo uso da terra na Amazônia e a destinação de recursos para o financiamento de atividades de conservação da floresta. Ele também defendeu que seja facilitado o uso mais produtivo das áreas já desmatadas.

### ► PALESTRAS

Carlos Souza Jr. foi convidado a palestrar no evento: *Forest Area Change Assessment* sobre monitoramento de degradação florestal com sensoria-mento remoto organizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais em fevereiro de 2009. Além da palestra, ele participou de várias reuniões com cientistas da área de sensoria-mento remoto para apresentar a proposta de construção de um sistema de monitoramento colaborativo de florestas tropicais.

Paulo Amaral fez a palestra de abertura de dois importantes seminários voltados à floresta. Em abril, palestrou no Seminário “Apoio ao Manejo Comunitário e Agregação de Valor aos Produtos Extrativistas” promovido pelo Ideflor em parceria com o Ipam. Na apresentação, o pesquisador abordou os desafios dos produtos da floresta para acessar mercados e usou como base as informações sobre os preços de PFNM e o programa de rádio realizado pelo Imazon. Em julho fez a conferência de abertura do I Fórum de Política Florestal de Roraima. Os temas abordados na palestra foram: os desafios do estado para adequação ambiental, e as principais políticas do governo federal de incentivo ao setor florestal.

Brenda Brito palestrou em outubro de 2009 para embaixadores de países da União Europeia no Brasil em visita ao Pará, organizada pelo Governo do Estado. O objetivo da comitiva era ampliar a compreensão sobre a realidade do Estado. Na ocasião, a pes-

quisadora apresentou a visão geral do Imazon sobre os desafios que a região amazônica enfrenta, principalmente ligados ao modelo de boom-colapso. Brenda também apresentou alguns projetos do Imazon que buscam aproveitar e maximizar oportunidades para reverter o padrão de *boom*-colapso, incluindo: aumento de transparência florestal com o SAD, projeto Município Verde em Paragominas, e a parceria para elaboração dos Planos de Manejo na Calha Norte. A pesquisadora também participou do 14º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental. Na Assembleia Geral do Planeta Verde, houve eleição para nova diretoria. Carlos Teodoro Irigaray foi eleito como novo presidente (2009-2011) e Brenda foi eleita para a Diretoria da Amazônia ao lado de Patrícia Amorim, Ubiratan Cazetta, José Heder Benatti.

Adalberto Veríssimo foi um dos expositores da mesa sobre a Amazônia organizada pela Academia Brasileira de Ciências organizado em São Paulo. O Seminário organizado pela Academia é uma iniciativa para discutir e propor um programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia com base em ciência e tecnologia. Veríssimo também participou do seminário “Um ano após a crise: o que mudou na agenda econômica do Brasil”, organizado pelo CINDES (Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento) em uma mesa redonda sobre meio ambiente, agenda climática e Amazônia.

Paulo Barreto palestrou em março de 2009 para delegação da Dinamarca

em visita ao Brasil, formada por parlamentares e funcionários do governo dinamarquês. Barreto explicou sobre os fatores que contribuem para o desmatamento, sucesso das políticas contra desmatamento aplicadas em 2008 e sobre a importância de políticas complementares que estimulem a conservação de florestas como o pagamento por serviços ambientais no contexto das negociações sobre mudanças climáticas. O pesquisador também participou como debatedor da consulta pública “O futuro das florestas do Brasil” organizada pela Procuradoria Geral da República. O evento tinha como objetivo demonstrar aos deputados as preocupações sobre projetos de lei que visam enfraquecer a proteção ambiental, especialmente o Código Florestal. O público incluiu deputados, ministro do Superior Tribunal de Justiça, procuradores e representantes de ONGS.

### ► PREPARAÇÕES PARA A COP 15

Em abril, Brenda Brito, pesquisadora e coordenadora do programa de Mudanças Climáticas, participou em Bonn (Alemanha) do *Climate Change Talks: Seventh session of the AWG-KP and fifth session of AWG-LCA*, uma das reuniões preparatórias da Convenção de Mudanças Climáticas para a COP-15 que ocorreu em Copenhague (Dinamarca) em dezembro. O convite partiu do WRI que realizou um *side event* (evento paralelo) do qual Brenda participou como palestrante e apresentou o escopo do projeto Governança de Florestas, desenvolvido em conjunto por WRI, Imazon e ICV.

Em outubro, Brenda participou da mesa redonda para discussão das mudanças climáticas, florestas e governança (*Roundtable discussion on climate change, forests and governance*) em Bangkok, Tailândia. O evento organizado pelo WRI buscou levantar a discussão sobre a importância de ações para melhorar a governança florestal em países com potencial para mecanismos de REDD. Além disso, o evento também serviu para apresentação de resultados preliminares do projeto Iniciativa de Governança Florestal, desenvolvido em parceria com WRI, ICV e ONGs da Indonésia.

#### ► COP-15

O Imazon participou em diversos eventos na 15ª Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15) em Copenhague, Dinamarca, que ocorreu de 07 a 18 de dezembro de 2009. Essa participação marcou a admissão do Imazon como organização observadora oficial na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A delegação do Imazon foi formada por cinco pesquisadores: **Brenda Brito, Carlos Souza Jr., Paulo Amaral, Paulo Barreto e Priscilla Santos.**

No dia 10 de dezembro, o Imazon organizou seu primeiro evento paralelo



Brenda Brito coordena *side event* do Imazon na Cop 15 em Copenhague (Dinamarca)

(*side event*) oficial em uma COP da Convenção do Clima. O seminário “*Making it happen: monitoring forest emissions and governance to achieve REDD*” contou com a presença de 140 pessoas, entre cientistas, jornalistas e representantes de delegações de diferentes países. O evento objetivou discutir dois temas relevantes para as discussões sobre Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal: (1) a existência de metodologias confiáveis e suficientes para estabelecer linhas de base e monitorar emissões de carbono florestais, tema abordado no primeiro painel do evento, e (2) a possibilidade de avaliar e monitorar a situação da governança florestal para orientar e auxiliar a implementação de REDD.

Ainda no dia 10, o pesquisador **Paulo Barreto** palestrou sobre pecuária e desmatamento na Amazônia nos eventos “*Reducing Emissions from Deforestation Cattle Ranching in the Brazilian Amazon*”, com a participação de representantes do INPE, FFDP e *National Wildlife Federation* e no dia 12 no “Dia da Agricultura e do Desenvolvimento Rural” na Universidade de Copenhague. O Pesquisador também participou de um *side event* com o título “*Livestock sector evolution: trade-offs with food, feed and biofuels and solutions to deforestation*” no Bella Center. Em suas apresentações, Barreto focou nas iniciativas de redução do desmatamento e dos entraves que envolvem o crescimento do setor agropecuário, bem como os desafios para uma pecuária mais sustentável na Amazônia brasileira.



Paulo Barreto palestra sobre pecuária na Amazônia (Cop-15)

**Carlos Souza Jr.** participou do evento “*New Technologies for Forest Monitoring*” organizado pela Google, no qual foi apresentado o *Earth Engine*, uma plataforma desenvolvida para auxiliar no monitoramento de florestas mundiais. No evento, Carlos explicou como o Sistema de Alerta de Desmatamento do Imazon está integrado a essa plataforma. Apesar de a plataforma ter sido lançada ainda em fase de testes, a Google e organizações parceiras continuarão colaborando para disponibilizá-la de maneira mais ampla.

No dia 11 de dezembro, a pesquisadora Brenda Brito apresentou no espaço da delegação brasileira na COP-15 o projeto do Imazon “*Criando Bases para Gestão Socioambiental de Municípios Críticos do Desmatamento no Pará*” aprovado pelo Fundo Amazônia. Brenda destacou as principais contribuições do Imazon ao longo dos seus 19 anos de existência e apresentou as principais atividades do projeto, que terá 3 anos de duração. Esse projeto objetiva a redução das emissões de carbono por desmatamento e degradação em 11 municípios do Pará, abrangendo uma área de 66 mil km<sup>2</sup>.



Carlos Souza Jr apresenta o SAD integrado à plataforma Google.



### Fórum Amazônia Sustentável

Com dois anos de atividade e associados de diversos segmentos sociais, o Fórum Amazônia Sustentável exerce importante papel político na articulação da sociedade brasileira ao promover discussões sobre desenvolvimento sustentável, infraestrutura e mudanças climáticas. Em 2009, o Fórum debateu estes e outros assuntos com diversos públicos em Brasília, São Paulo e Rio Branco. Para encerrar o ano, realizou em 28 e 29 de outubro, em Belém, o III Encontro Anual de seus membros. Entre as atividades de 2009, foram realizados lançamentos em Brasília e em Rio Branco, ampla disseminação da Carta de Princípios para REDD e seminários em São Paulo e Belém.

O Fórum foi lançado na capital federal em março de 2009 com o tema “Infraestrutura e Sustentabilidade na Amazônia”, com a participação de mais de 170 pessoas, incluindo representantes da Casa Civil, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, do Inpe, além de deputados e senadores. Em agosto, o Fórum chegou a Rio Branco (AC) para debater **REDD com os povos da floresta**. Participaram do evento 250 pessoas, representando todos os municípios acreanos. Na ocasião, o governo do Acre anunciou as diretrizes de um programa de incentivo a serviços ambientais. Com isso, o Acre torna-se pioneiro na definição de programa estadual de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), incluindo os serviços de manejo e conservação.

O livreto “Fórum e as Mudanças Climáticas” resume o esforço feito pelo Fórum para influenciar a agenda climática brasileira. O download da publicação completa pode ser feito no site [www.forumamazoniasustentavel.org.br](http://www.forumamazoniasustentavel.org.br)

### ► CARTA REDD

REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) foi um tema que recebeu atenção especial do Fórum em 2009. Para influenciar a posição brasileira durante a COP 15, em dezembro, na Dinamarca, o Fórum liderou a elaboração da Carta de Princípios para REDD em conjunto com 120 representantes de diversos segmentos sociais, reunidos em São Paulo em três ocasiões.

A Carta REDD foi amplamente divulgada e protocolada nos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), de Ciência e Tecnologia (MCT) e de Relações Exteriores (MRE). No MRE, representantes da Comissão Executiva e do GT3 do Fórum levaram a Carta ao Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e também à Embaixadora e Sub-Secretária Geral para Assuntos Estratégicos. Ainda em 2009, a Comissão Executiva do Fórum recebeu um ofício do Ministério do Meio Ambiente agradecendo a contribuição e o esforço do Fórum no tema e indicando que as observações apontadas foram incorporadas na posição brasileira na COP - 15.

### ► SEMINÁRIOS

#### Conexões Sustentáveis no Fórum Social Mundial (FSM)

Na programação do FSM, houve o seminário “Conexões Sustentáveis São Paulo - Amazônia”, uma iniciativa do Movimento Nossa São Paulo e do Fórum Amazônia Sustentável, teve grande destaque. Aproximadamente 200 pessoas estiveram presentes e as-

sistiram a apresentação de Leonardo Sakamoto (Repórter Brasil) e Marques Casara (Papal Social) sobre o estudo “Quem se beneficia com a destruição da Amazônia”, com indicadores dos danos provenientes de irregularidades nas cadeias produtivas da soja, da madeira e da pecuária.

### Arco Verde e Terra Legal / Concessões Florestais

Em junho, o Fórum Amazônia Sustentável organizou em Belém dois seminários em cooperação com a Federação das Indústrias do Pará (Fiepa). O primeiro, organizado para apresentar a operação Arco Verde e o programa Terra Legal, teve apoio da Uniflor e da Aimex e a presença de representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O segundo seminário discutiu as Concessões Florestais e contou com apoio de Aimex, PFCA, APEF, Uniflor e Serviço Florestal Brasileiro.

### Brasil e as Mudanças Climáticas

Considerado um dos eventos mais importantes da agenda climática brasileira em 2009, esse seminário sinalizou um movimento inédito de 22 grandes empresas brasileiras que, por meio da Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas, apresentaram sugestões ao governo federal e assumiram compromissos de redução e monitoramento de suas próprias emissões. Para realizar o evento o Fórum contou com a parceria de Vale, Instituto Ethos, Valor Econômico e Globo News.



Representantes de grandes empresas e do governo debatem as mudanças climáticas

Comissão Executiva

## • Formação profissional

Em 2009, o Imazon investiu na formação profissional de seus funcionários, baseado na sua política de apoio a treinamento. Os apoios de 2009 incluíram: dois funcionários apoiados para realizar curso de mestrado no exterior (EUA) e uma funcionária recebeu apoio para mestrado no Brasil (SP); apoio a cursos universitários, de especialização, de mestrado no Brasil e no exterior, de idiomas e de informática.

Vinte e oito estagiários foram treinados nas áreas de direito ambiental, sensoriamento remoto, mercados de produtos florestais não madeireiros e comunicação institucional. Além disso, estagiários e funcionários participaram de simpósios, congressos e seminários com apoio financeiro do Instituto.

Como parte das atividades do Consórcio Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas que tem como parceiros o IEB, Imazon, Kanindé, CSF e ACT – Brasil, técnicos do Imazon ministraram curso de Introdução ao Geoprocessamento, no período de 09 a 13 de fevereiro, para 24 representantes de entidades da sociedade civil dos sete municípios do sul do Amazonas. O curso teve como objetivo capacitar as lideranças locais para o uso de ferramentas SIG para a gestão dos recursos naturais e gerenciamento de conflitos. Para facilitar o posterior acesso e uso dessas ferramentas por parte de entidades locais foram utilizados *softwares* livres (*Quantum Gis, GPS TrackMaker e Google Earth*).

### - TREINAMENTOS NO CENTRO DE GEOTECNOLOGIA DO IMAZON

A crescente demanda por treinamentos altamente especializados motivou o Imazon a criar em 2007 o Centro de Geotecnologia do Imazon (CGI) com o objetivo de transferir abordagem de pesquisa e as geotecnologias desenvolvidas pelo Instituto ao longo de 18 anos.

Em 2009 foram concluídas as atividades referentes ao termo de cooperação técnica firmado entre o Imazon e a SEMA/PA iniciado em dezembro de 2007. Inicialmente, esse termo previa a capacitação de 20 técnicos, mas esse número foi ampliado para 46 técnicos da Secretaria. Foram ministrados nove módulos que incluíram disciplinas de geoprocessamento, sensoriamento remoto, programação e banco de dados geográficos, totalizando 288 horas de treinamento. Com o treinamento, a SEMA/PA iniciou o processo de fortalecimento dos setores de coordenadorias de geotecnologias, que auxiliarão no monitoramento e controle das atividades econômicas, permitindo maior agilidade e transparência na gestão ambiental no estado do Pará.

Nove técnicos da SEMA/MT também receberam treinamento por meio do curso Monitoramento de Planos de Manejo Florestal. O objetivo do curso foi apresentar as tecnologias de geoprocessamento e sensoriamento remoto usadas para auxiliar as vistorias anuais de acompanhamento do manejo florestal e na localização de áreas exploradas ilegalmente, tornando eficaz o sistema de controle e monitoramento das atividades licenciadas pelo Estado.



Foram treinados também dezesseis técnicos das prefeituras de Belém, Paragominas e São Félix do Xingu. O objetivo do treinamento foi qualificar esses técnicos no uso de ferramentas de sensoriamento remoto e geoprocessamento usadas no cadastramento georreferenciado de imóveis rurais desses municípios.

Finalmente, o CGI ofereceu o curso Monitoramento de Florestas Tropicais com Imagens de Satélites para técnicos dos países integrantes da Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas - RAISG. Essa foi a primeira iniciativa para a elaboração de uma metodologia integrada, que resulte na produção do mapa de desmatamento da Panamazônia.

### - JORNALISMO AMBIENTAL

Diante da dificuldade em divulgar jornalismo ambiental na Amazônia, o Imazon em parceria com Agência Estratégias em Comunicação - EKO organiza desde 2008 palestras sobre os desafios da cobertura na Amazônia. Em 2009, foram organizadas palestras com Sérgio Abranches (Rádio CBN), André Trigueiro (Globo News) e a Senadora Marina Silva.

Sérgio Abranches focou sua apresentação em como a mídia divulga o tema mudanças climáticas; André Trigueiro trouxe o conhecimento adquirido do programa Cidades e Soluções para falar sobre o meio ambiente urbano e a Senadora Marina Silva falou aos profissionais do jornalismo como a técnica deve ser usada a serviço da ética,

para que a verdade seja sempre colocada nos meios de comunicação. As palestras tiveram um público estimado em 1.200 pessoas, entre eles, alunos de comunicação, jornalistas e interessados no tema.



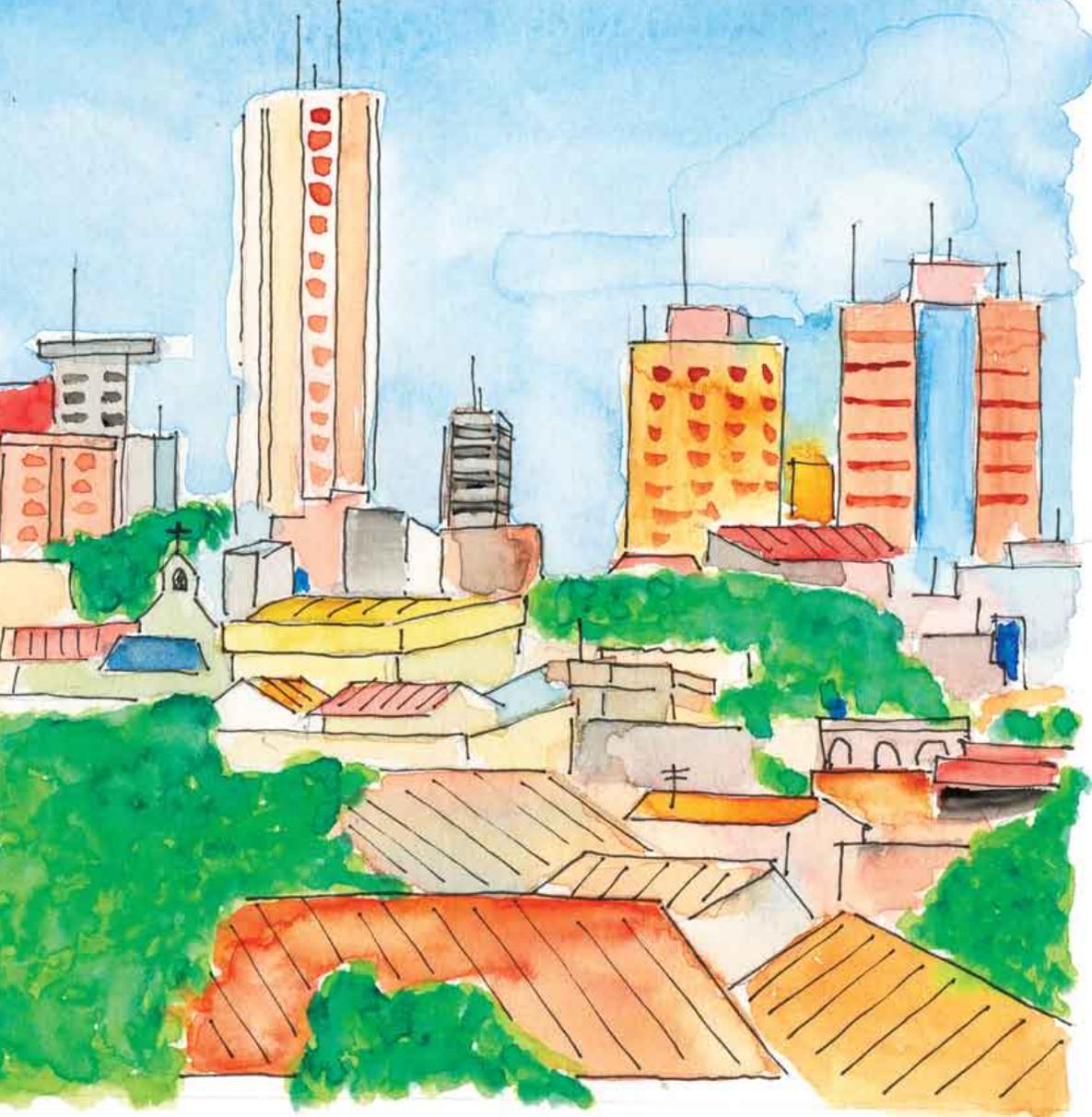
## Lista de Publicações



Em 2009, o Imazon atingiu 40 publicações incluindo oito artigos em revistas científicas e como capítulos de livros, 25 relatórios técnicos, três livros e cinco edições da série O Estado da Amazônia.

### • Artigos

- Barreto, P., Mesquita, M. & Mercês, H. **2009**. A Destinação dos Bens Apreendidos em Crimes Ambientais na Amazônia. Revista de Direito Ambiental nº 55. São Paulo: RT.
- Brenda Brito. **2009**. Análise de multas emitidas pelo Ibama e SEMA contra desmatamento ilegal em Mato Grosso. Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, v 54, 127-152.
- Rodrigues, A., Ewers, M., Parry, L. Souza Jr, C., Balmford, A. & Veríssimo, A. **2009**. *Boom-and-Bust Development Patterns Across the Amazon Deforestation Frontier*. Science. 324 1435-1437.
- Souza Jr., C., Pereira, K., Lins, V., Hayashi, S. & Souza, D. **2009**. *Web-Oriented GIS System for Monitoring, Conservation and Law Enforcement of the Brazilian Amazon*. Earth Science Informatics.

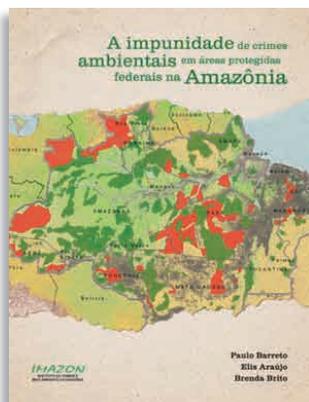


## • Capítulo de Livro

- Alves, D., Morton, D., Batistella, M., Roberts, D. & Souza Jr., C. 2009. *The changing rates and patterns of deforestation and land use in Brazilian Amazonia*. In: American Geophysical Union. *Amazonia and Global Change*.
- Asner, G., Keller, M. Lentini, M. Merry, F. & Souza, Jr. C. 2009. *Selective Logging and Its Relation to Deforestation*. In: 1-20
- Souza Jr. C., Cochrane, M., Sales, M., Monteiro, A. & Mollicone, D. 2009. *Integrating Forest Transects and Remote Sensing data to Quantify Carbon Loss due to Forest Degradation: a case study of the Brazilian Amazon*. In: Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Case Studies on Measuring and Assessing Forest Degradation*. FAO.
- Veríssimo, A. 2009. *O Desafio do Manejo Florestal na Amazônia*. In: Marco Antônio Fujihara, Roberto Cavalcanti, André Guimaraes, Rubens Garlipp. (Org.). *O Valor das Florestas*. São Paulo: Terra das Artes Editora, v. 1, p. 290-295.

## • Livros

- Barreto. P., Araújo. E. & Brito, B. 2009. **A Impunidade de Crimes Ambientais em Áreas Protegidas Federais na Amazônia**. Belém: Imazon. 58 p.



Aproximadamente 42% da Amazônia são Áreas Protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação federais e estaduais) cuja finalidade é assegurar direitos e meios de vida de populações indígenas e tradicionais, além de garantir a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, os recursos para proteção dessas áreas são escassos e é preciso assegurar a eficácia de seu uso. Nesse estudo foi avaliada a eficiência da responsabilização judicial de crimes em Áreas Protegidas federais a fim de aprender lições que possam ser usadas para aumentar a proteção dessas áreas.

Os resultados dos processos avaliados no Pará revelam que a responsabilização penal por crimes ambientais contra Áreas Protegidas tem sido ineficaz na punição de infratores; apenas 14% dos processos resultaram em algum tipo de responsabilização. Considerando a duração média das etapas dos processos, estima-se que um processo duraria em média 5,5

anos desde a investigação até a sentença. Por causa dos atrasos, muitos processos tenderão a prescrever como já ocorreu em aproximadamente 15% dos processos avaliados. Além disso, mesmo que a maioria dos casos analisados chegasse a uma conclusão, a Justiça raramente exige a reparação ou compensação dos danos ambientais nas propostas de penas restritivas de direitos.

Os problemas encontrados nos casos refletem ineficiências e escassez de recursos gerais do Judiciário, os quais resultam em congestionamento de cerca de 80% em toda a primeira instância. Também foram identificadas várias iniciativas para aumentar a eficácia da investigação de crimes ambientais do processo judicial e para destinação dos recursos arrecadados para conservação. Na última seção do livro, são colocadas medidas que devem ser colocadas em prática: priorizar a prevenção; trabalhar em cooperação para acelerar a responsabilização judicial; aperfeiçoar a atuação do Ministério Público; uniformizar jurisprudência quanto à competência da Justiça Federal para julgar crimes ambientais em imóveis privados em Áreas Protegidas federais.



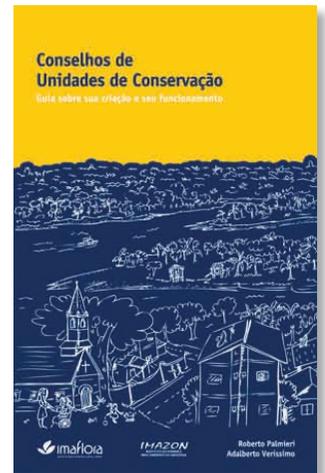
- Barreto, P. & Mesquita, M. 2009. **Como Prevenir e Punir Infrações Ambientais em Áreas Protegidas na Amazônia?** Belém: Imazon. 52 p.

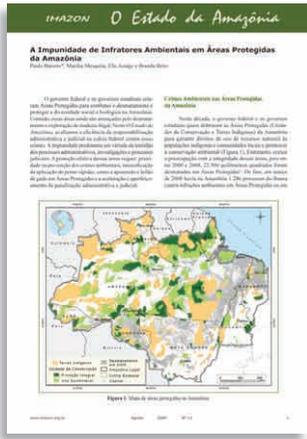
Nesta década, governos federal e estaduais quase dobraram as Áreas Protegidas da Amazônia para garantir direitos de uso de recursos naturais para populações locais e promover a conservação ambiental. Entretanto, entre 2000 e 2008, 2,25 milhões de hectares foram desmatados em Áreas Protegidas e a exploração ilegal de madeira tem ocorrido em várias delas. Estas ameaças podem aumentar com o investimento governamental de R\$ 70 bilhões em infraestrutura na região. Para evitar que esses investimentos resultem no aumento de danos ambientais e conflitos sociais nas Áreas Protegidas, será necessário prevenir e punir as infrações ambientais nessas áreas. Este estudo avalia o desempenho da punição de infrações ambientais em Áreas Protegidas na Amazônia a fim de aprender lições para assegurar a proteção dessas áreas no longo prazo. Qual a causa da impunidade das infrações ambientais em áreas protegidas? O que já foi feito e o que falta fazer para punir os infratores ambientais de forma efetiva? Como prevenir essas infrações? Essas são algumas das perguntas que orientam o estudo.

- Palmieri, R. & Veríssimo, A. 2009. **Conselhos de Unidades de Conservação - Guia sobre sua criação e seu funcionamento.** Belém: Imafloa/Imazon. 96 p.

Os conselhos consultivos e deliberativos das UCs são uma exigência da Lei nº 9.985, sancionada em 2000, que instituiu o SNUC. Essa lei foi regulamentada em 2002 com o decreto 4.340/02, o qual definiu no Capítulo V a composição e a competência do conselho e do órgão gestor, entre outros detalhes sobre a criação e funcionamento de conselhos.

Apesar da exigência legal, a maioria (67%) das UCs federais e estaduais em 2008 não possuía conselho instalado. Um dos motivos do não cumprimento da lei é a escassez de recursos financeiros e de pessoal técnico na grande maioria das UCs. Além disso, são raros os casos em que a comunidade local ou as instituições interessadas demandaram a formação do conselho. O objetivo deste guia é auxiliar os responsáveis (agentes públicos) a criar e fortalecer os conselhos das UCs. Ele segue a mesma linha do “Guia de Consultas Públicas para Unidades de Conservação”, publicado em 2005 pelo Imafloa, Imazon e Ibama.





• **O Estado da Amazônia**

- Barreto, P. & Silva, D. **2009**. Os desafios para uma pecuária mais sustentável na Amazônia. O Estado da Amazônia. nº 14. Belém: Imazon. 4p.
- Barreto, P, Mesquita, M., Araújo, E. & Brito, B. **2009**. A Impunidade de Infratores Ambientais em Áreas Protegidas da Amazônia. O Estado da Amazônia. nº 13. Belém: Imazon. 6p.
- Brito, B. **2009**. Multas Pós-Operação Curupira no Mato Grosso. O Estado da Amazônia. nº 12. Belém: Imazon. 4p.
- Hayashi, S., Souza Jr, C. & Pereira, K. **2009**. Monitoramento do Desmatamento em Áreas Protegidas no Pará. O Estado da Amazônia. nº 11. Belém: Imazon. 8p.
- Brito, B. & Barreto P. **2009**. Os riscos e os princípios para a regularização fundiária O Estado da Amazônia. nº 10. Belém: Imazon. 4p.

• **Transparência Florestal**

- Souza Jr, C., Veríssimo, A. & Hayashi, S. **01/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Novembro e Dezembro de 2008). Boletim Transparência Florestal. nº 12. Belém: Imazon. 10p.
- Souza Jr, C., Veríssimo, A. & Hayashi, S. **03/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Janeiro de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 13. Belém: Imazon. 10p.
- Souza Jr, C., Veríssimo, A. & Hayashi, S. **04/2009**. Transparência Florestal

da Amazônia Legal (Fevereiro de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 14. Belém: Imazon. 10p.

- Souza Jr, C., Veríssimo, A. & Hayashi, S. **05/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Março e Abril de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 15. Belém: Imazon. 16p.
- Souza Jr, C., Veríssimo, A. & Hayashi, S. **06/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Maio de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 16. Belém: Imazon. 10p.
- Souza Jr, C., Veríssimo, A. & Hayashi, S. **07/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Junho de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 17. Belém: Imazon. 14p.
- Souza Jr, C. Veríssimo, A. & Hayashi, S. **08/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Julho de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 18. Belém: Imazon. 14p.
- Souza Jr., C. Veríssimo, A. & Hayashi, S. **10/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Agosto de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 19. Belém: Imazon. 14p.
- Souza Jr., C. Veríssimo, A. & Hayashi, S. **11/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Setembro de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 20. Belém: Imazon. 14p.
- Hayashi, S., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. **11/2009**. Transparência Florestal da Amazônia Legal (Outubro de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 21. Belém: Imazon. 14p
- Hayashi, S., Souza Jr., C. & Veríssimo, A. **12/2009**. Transparência Flo-

restal da Amazônia Legal (Novembro de 2009). Boletim Transparência Florestal. nº 22. Belém: Imazon. 14p

• **Transparência Manejo Florestal**

- Monteiro, A., Veríssimo, A. & Cardoso, D., 2009. *Transparência Manejo Florestal do Estado do Pará (2007 - 2008)*. Boletim Transparência Florestal. nº 01. Belém: Imazon. 14 p.
- Monteiro, A., Veríssimo, A. & Cardoso, D., 2009. *Transparency in Forest Management State of Pará #1*. Belém: Imazon. 14 p.

• **Relatórios Técnicos**

- Barbosa, E., Amaral, P. & Pinto, A. 2009. *Boas práticas de manejo florestal de espécies com uso não-madeireiro: açaí, andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e unha-de-gato*. Relatório Técnico. Sebrae/AC. Belém/PA: Imazon. 54p.
- Pinto, A., Barbosa, E. & Amaral, P. 2009. *Cadeia Produtiva de Espécies Florestais de Uso Não-Madeireiro: açaí, andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e unha de gato*. Relatório Técnico. Sebrae/AC. Belém/PA: Imazon. 85p.
- Pinto, A. & Amaral, P. 2009 *Guia metodológico para diagnóstico preliminar de condições locais para o manejo florestal não-madeireiro*. Sebrae/AC. Belém/PA: Imazon. 24p.
- Pinto, A. & Amaral, P. 2009 *Análise das unidades amostrais do Projeto*

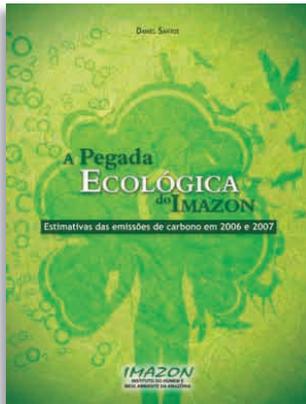
Estruturante de Manejo Florestal Não-Madeireiro na Amazônia Legal. Relatório Técnico. Sebrae/AC - Contrato nº 103/2008. Belém/PA: Imazon. 124p.

- Pinto, A., Amaral, P., Souza Jr. C., Veríssimo, A., Salomão, R. Gomes, G. & Balieiro, C. 2009. *Diagnóstico Socioeconômico e Florestal do Município de Paragominas*. Relatório Técnico. Belém/PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon. 65 p.

• **Artigos, Resumos e Pôsteres em Congressos**

- Bauch, S., Sills, E. & Pattanayak, S. 2009. *Microenterprises after the funding ends: who is the last to close the door?* Asheville, EUA: XVI Camp Resources.
- Brito, B. 2009. *Sugestões para o envolvimento da Comunidade Jurídica na Discussão sobre Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)*. São Paulo, Brasil: 14º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental.
- Celentano, D., Sills, E. & Veríssimo, A. 2009. *Deforestation and Human Development: Evidence of Boom-Bust Development in the Brazilian Amazon*. Heredia, Costa Rica Proceedings of the IV Congress of the Latin American and Caribbean Association of Environmental and Natural Resource Economists (ALEAR).
- Celentano, D., Sills, E. & Veríssimo, A. 2009. *Deforestation and Poverty: Evidence of boom-bust development in the Brazilian Amazon*. Cape Town, South





Africa: Proceedings of the DIVERSITAS Open Science Conference.

- Monteiro A. & Souza Jr., C. 2009. Fotografias hemisféricas para validar o monitoramento da qualidade do manejo florestal na Amazônia Legal. Natal, Brasil: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.
- Silva, L., Orsi, R., Silva, P. & Bauch, S. 2009. Ligação cidade-floresta:

o que determina o conhecimento do consumidor sobre a Amazônia? Cuiabá, Brasil: VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.

- Vedoveto, M. & Bauch, S. 2009. Açai: o encontro do consumidor com a conservação da Amazônia. Cuiabá, Brasil: VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.

## • Pegada Ecológica

- Santos, D. 2009. A pegada ecológica do Imazon. Estimativas das Emissões de Carbono em 2006 e 2007. Belém: Imazon. 26 p.

Desde 2006 o Imazon calcula por meio do índice Pegada Ecológica (PE), as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) derivadas de suas atividades. Em 2006, o instituto emitiu para a atmosfera o equivalente a 129 toneladas de CO<sub>2</sub>, enquanto que em 2007 foram 126 toneladas de CO<sub>2</sub>. Os itens que mais contribuíram para as

emissões foram viagens aéreas (41% em 2006 e 46% em 2007), alimentação de carne bovina no refeitório da instituição (21% e 22%), energia elétrica (13% para os dois anos) e combustível para o carro institucional (9% e 4%). O consumo de papel e os resíduos sólidos orgânicos foram os menos relevantes em termos de emissões de CO<sub>2</sub>. Para neutralizar o CO<sub>2</sub> emitido nos dois anos seria necessário reflorestar 142 hectares.

A partir dos resultados deste estudo, o Imazon estabelecerá em discussão com seus funcionários uma política de redução e mitigação do CO<sub>2</sub> emitido pelo instituto, que viabilizará as tomadas de ações por parte do instituto e dos funcionários individualmente. Essa política orientará os colaboradores como proceder corretamente no monitoramento das emissões; indicará as melhores formas de mitigação e indicará alternativas para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>. Embora a neutralização das emissões do instituto tenha pequena

influência na redução do aquecimento global, se for somada a outras iniciativas, terá grande significância em seu combate.

Mesmo adotando práticas de redução, o Imazon continuará emitindo CO<sub>2</sub>. Para se tornar “carbono neutro”, medidas de compensação precisam ser adotadas. O reflorestamento, por exemplo, é uma das formas mais eficientes de neutralizar as emissões, pois uma árvore jovem absorve mais CO<sub>2</sub> do que uma adulta. Para isso, o Instituto pode investir em uma área própria, estabelecer parcerias, ou pagar uma empresa ou instituição para realizar esse reflorestamento. Atualmente, esse serviço é realizado no Brasil somente na Mata Atlântica. Esse mercado de compensação é incipiente, mas com expectativas de crescimento.

Em 2010, a pegada ecológica do Imazon será atualizada e será divulgada a política interna de mitigação de emissões de carbono do instituto.

## • Medalha Marina Silva

A honraria é uma homenagem da Prefeitura de Belém, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), como forma de reconhecer àqueles que, de alguma maneira, contribuíram para a melhoria da cidade no aspecto ambiental. Na primeira edição em 2009, 12 personalidades ligadas à causa ambiental e conservação do meio ambiente e duas instituições, entre elas o Imazon, receberam a medalha. Instituída pela Lei Municipal nº 7.943. O nome da Medalha do Mérito Ambiental Marina Silva, presta homenagem a uma das personalidades que mais se destaca na defesa da Amazônia.

## • Prêmio Usaid

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) premiou o Imazon (o representante para o prêmio foi o pesquisador Paulo Amaral) com o mérito de gerar conhecimento sobre manejo florestal, combater o desmatamento, promover o uso sustentável das florestas e se esforçar no monitoramento da cobertura florestal amazônica. Também foram mencionados a disseminação de informações científicas de forma acessível às comunidades e ao público em geral e o foco na preservação da floresta amazônica brasileira.

## Equipe



### Assembleia Geral

- **Adalberto Veríssimo** - Pesquisador Sênior (Imazon).
- **Christopher Uhl** - Professor (Universidade Estadual da Pensilvânia-EUA).
- **Cândido Paraguassu** - Advogado e Professor (Unama).
- **Carlos Souza Junior** - Pesquisador Sênior (Imazon)
- **David MacGrath** - Professor (Naea/UFPA)
- **Paulo Amaral** - Pesquisador Sênior (Imazon).
- **Paulo Barreto** - Pesquisador Sênior (Imazon).

### Conselho Diretor

- **Robert Schneider** - Presidente do Conselho Diretor do Imazon. Consultor.
- **André Guimarães** - Vice-Presidente do Conselho Diretor do Imazon. Diretor Executivo do Instituto BioAtlântica.
- **Garo Batmanian** - Especialista Sênior em Meio Ambiente (Banco Mundial).
- **Sérgio Abranches** - Sociólogo e Jornalista da CBN e Ecológica.
- **Maria José Gontijo** - Diretora Executiva do Instituto Internacional de Educação do Brasil.

## Conselho Consultivo

- **Adriana Ramos** - ISA.
- **Jorge Yared** - Ideflor.
- **Luis Gonzaga Costa** - UFRA.
- **Manoel Pereira** - Cikel Brasil Verde S/A.
- **Peter May** - UFRJ.
- **Rita Mesquita** - Inpa.
- **Robert Buschbacher** - Universidade da Flórida - EUA.

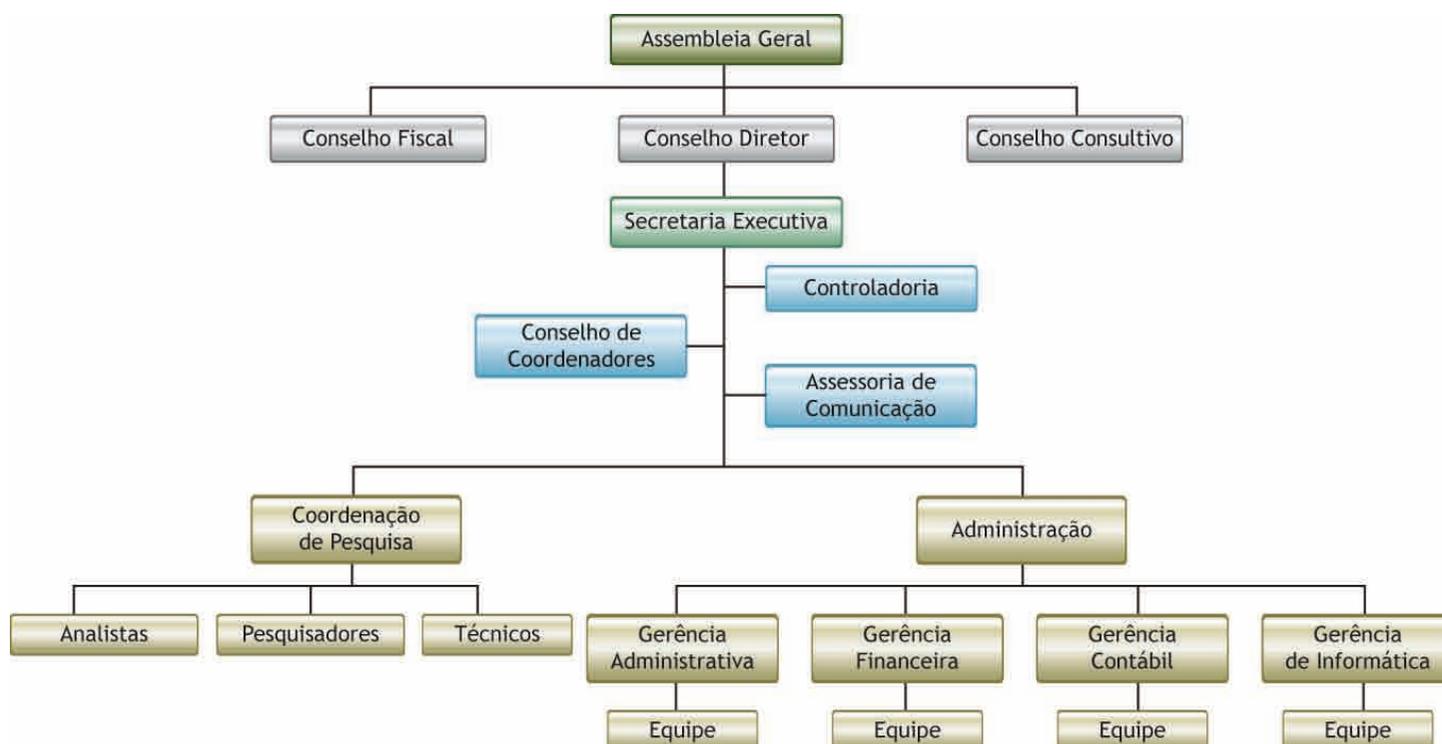
## Conselho Fiscal

- **Carlos Vicente** - Engenheiro Florestal
- **Marcelo Carneiro** - UFMA.
- **Ubiratan Cazetta** - MPF - PA.

## Secretaria Executiva

- **Brenda Brito** - Secretária Executiva.
- **Ana Cláudia Rodrigues** - Vice-Secretária Executiva.

O Imazon se estrutura de acordo com o organograma a seguir:



## • Equipe (em dezembro de 2009)

### PESQUISADORES



**Adalberto Veríssimo.**  
Pesquisador Sênior.  
Engenheiro Agrônomo (UFRA).  
M.Sc. Ecologia (Universidade Estadual da Pensilvânia - EUA).



**Amintas Brandão Júnior.**  
Pesquisador Assistente II.  
Engenheiro Ambiental (Uepa).  
Especialização em Estatística (UFPA).  
Mestrado em Sistemas de Informações Geográficas (Universidade de Clark - EUA)



**André Monteiro.**  
Pesquisador Adjunto.  
Engenheiro Florestal (UFRA).  
Especialização em Sensoriamento Remoto (UFPA).  
Mestre em Manejo Florestal com ênfase em Sensoriamento Remoto (UFPR).



**Andréia Pinto.**  
Pesquisadora Assistente II.  
Bióloga (UFPA), Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA).  
Doutora em Ciências Socioambientais (UFPA).



**Brenda Brito.**  
Secretária Executiva.  
Pesquisadora Adjunta.  
Advogada (UFPA).  
Mestre em Ciência do Direito - JSM (Universidade de Stanford).



**Carlos Souza Júnior.**  
Pesquisador Sênior. Geólogo (UFPA).  
M.Sc. Ciências do Solo com Ênfase em Sensoriamento Remoto (Universidade Estadual da Pensilvânia - EUA).  
Ph.D. em Geografia (Universidade da Califórnia - Santa Bárbara - EUA).



**Daniel Santos.**  
Pesquisador Assistente I.  
Engenheiro Ambiental (Uepa).



**Denys Pereira.**  
Pesquisador Assistente II.  
Engenheiro Florestal (UFAM).



**Elis de Araújo.**  
Pesquisadora Assistente I.  
Advogada (UFPA).



**Heron Martins.**  
Pesquisador Assistente I.  
Engenheiro Ambiental (Uepa).



**Júlia Ribeiro.**  
Pesquisadora Assistente I.  
Engenheira Agrônoma (UFRA).



**Márcio Sales.**  
Pesquisador Assistente II.  
Bacharel em Estatística (UFPA).  
Mestrando.

## PESQUISADORES



**Marília Mesquita.**  
Pesquisadora Auxiliar.  
Engenheira Ambiental (Uepa)



**Moira Adams.**  
Pesquisadora Assistente II.  
Engenheira Florestal (UFV).  
Mestre em Biologia Ambiental  
(UFPA).



**Paulo Amaral.**  
Pesquisador Sênior.  
Engenheiro Agrônomo (UFRA).  
M.Sc. Manejo e Conservação de Floresta  
Tropical e Biodiversidade  
(Catie - Costa Rica).



**Paulo Barreto.**  
Pesquisador Sênior.  
Engenheiro Florestal (UFRA).  
M.Sc. Ciências Florestais  
(Universidade Yale - EUA).



**Priscilla Santos.**  
Pesquisadora Auxiliar.  
Advogada (PUC-RS)



**Sâmia Nunes.**  
Pesquisadora Assistente I.  
Engenheira Florestal (UFRA).  
Mestranda em Recursos Florestais  
(Esalq/ USP).

**Sanae Hayashi.**  
Pesquisadora Assistente II.  
Engenheira Florestal (UFRA).  
Mestre em Botânica Tropical (UFRA).



**Simone Bauch.**  
Pesquisadora Assistente I. Engenheira  
Florestal (Esalq/ USP). M.Sc. em Ciências  
Florestais - Economia Florestal e doutoranda  
em Ciências Florestais (Universidade  
Estadual da Carolina do Norte - EUA).



## TÉCNICOS

**Carlos Alexandre Cunha.**  
Técnico Florestal.  
(Escola Juscelino Kubitschek).



**Gerson Favacho.**  
Técnico Florestal  
(Escola Juscelino Kubitschek).



**João Siqueira.**  
Técnico em Geodésia e  
Cartografia (CEFET - PA)



**Marcelo Galdino.**  
Auxiliar de Campo.  
Técnico Florestal  
(Escola Juscelino Kubitschek).  
Estudante de Engenharia  
Florestal (UFRA).



## ANALISTAS



**Cintia Balieiro.**  
Analista em Geoprocessamento.  
Engenheira Agrônoma (UFRA).

**Mariana Vedoveto.**  
Analista Florestal.  
Engenheira Florestal (Esalq/ USP).



**Jakeline Pereira.**  
Analista Florestal.  
Engenheira Florestal (Ufam).

**Rodney Salomão.**  
Gerente de Laboratório.  
Analista em Geoprocessamento.  
Engenheiro Florestal (UFRA).  
Especialização em Estatística (UFPA).



**Jayne Guimarães.**  
Analista em Economia.  
Bacharel em Economia (UFMS).

**Victor Lins.**  
Analista em Engenharia  
da Computação.  
Engenheiro da Computação  
(UFPA).



**Karina Monteiro.**  
Analista Florestal.  
Engenheira Agrônoma (UFRA).

## ADMINISTRAÇÃO

**Adriana Fradique.**  
Assessora de Comunicação.  
Bacharel em Comunicação Social -  
Jornalismo (UFPA).  
Especialização em  
Marketing (FAP).



**Kátia Pereira.**  
Analista em Geoprocessamento.  
Engenheira Química (UFPA).  
Mestre em Geoquímica  
Ambiental (UFPA).

**Ana Cláudia Rodrigues.**  
Vice-secretária Executiva  
Gerente Contábil.  
Bacharel em Ciências Contábeis  
(UFPA).



**Marcílio Chiacchio.**  
Analista em Economia.  
Bacharel em Economia (UESB).

**Daniel Souza.**  
Gerente de TI.  
Tecnólogo em Processamento  
de Dados (Unama).



## ADMINISTRAÇÃO



**Elson Vidal.**  
Gerente Financeiro.  
Bacharel em Administração e  
Gestão Ambiental (Iesam).



**Fabiany Lucidos.**  
Auxiliar Financeira.  
Estudante de Ciências  
Contábeis (FAP).



**Giselle Fleury.**  
Secretária Bilingue.  
Bacharel em Gestão de  
Turismo (Unama).



**Iêda Fernandes.**  
Secretária Executiva do Fórum  
Amazônia Sustentável.  
Advogada (UFPA).



**Isabelle Corrêa.**  
Assistente Financeira II.  
Bacharel em Ciências  
Contábeis (Iesam).



**Izabel Barros.**  
Prestadora de Serviços Gerais.



**Júlia Beltrão.**  
Assistente de Contabilidade.  
Bacharel em Ciências  
Contábeis (Iesam).



**Maria de Nazaré Costa.**  
Cozinheira.



**Rosa Pinheiro.**  
Prestadora de Serviços Gerais.



**Selma Ramos.**  
Cozinheira.



**Verônica Oki.**  
*Controller.*  
Bacharel em Ciências  
Contábeis (Iesam).



**Wanessa Ferreira.**  
Gerente Administrativa.  
Bacharel em Ciências  
Contábeis (Iesam).

## ESTAGIÁRIOS



**Antônio da Fonseca.**  
Estudante de Engenharia  
Ambiental (Uepa).

**Jamilye Salles.**  
Estudante de Direito (UFPA).



**Arthur Lisboa.**  
Estudante de Ciências  
Contábeis (UFPA).

**Jime Rodrigues.**  
Estudante de Engenharia  
Ambiental (Uepa).



**Dalton Cardoso.**  
Estudante de Engenharia  
Florestal (UFRA).

**Juliana Mendes.**  
Estudante de Comunicação Social/  
Relações Públicas (Unama).



**Daniel Silva.**  
Estudante de Economia (Unama).

**Karlla Marruás.**  
Estudante de Comunicação Social/  
Relações Públicas (Unama).



**Denis da Cruz.**  
Estudante de Engenharia  
Florestal (UFRA).

**Laize Silva.**  
Estudante de Engenharia  
Ambiental (Uepa).



**Izabella Gomes.**  
Engenharia Florestal (UFRA).

**Letícia Lima.**  
Estudante de Direito (Unama).



### ESTAGIÁRIOS



**Luis Augusto Oliveira.**  
Estudante de Engenharia Ambiental (Uepa).



**Roberto Batista.**  
Estudante de Engenharia Florestal (UFRA).



**Thiago dos Santos.**  
Estudante de Engenharia Florestal (UFRA).

### PESQUISADORES ASSOCIADOS

**Edson Vidal.**  
Doutor em Ciência da Engenharia Ambiental (Eesc/USP) e Professor da Esalq/USP.

**Eugênio Arima.**  
Ph.D. em Geografia Econômica e Métodos Quantitativos (Universidade Estadual de Michigan - EUA).

**Mark Cochrane.**  
Ph.D. em Ecologia e professor da Universidade de Dakota do Sul - EUA.

### PESQUISADORES VISITANTES

**Christopher Barber.**  
Doutorando (Universidade Estadual de Dakota do Sul - EUA).

**Erin Sills.**  
Economista (Universidade Estadual da Carolina do Norte - EUA).

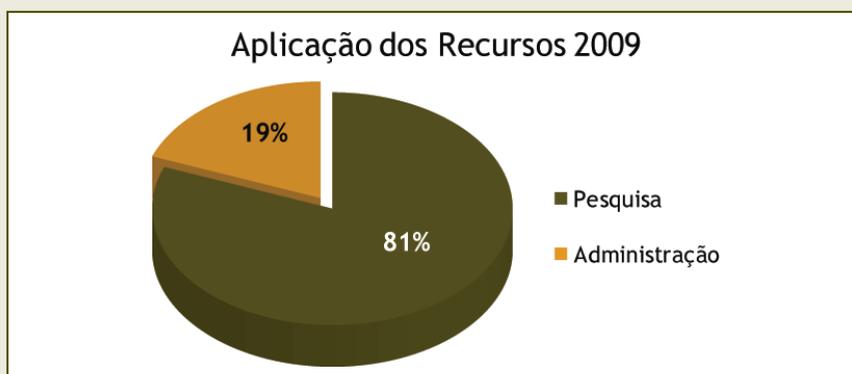
### • Contribuíram para o Imazon em 2009:

Aline Ferreira, Anna Elisa Pedreira, Carla Alencar, Carolina Melo, Emerson Botelho, Eric Moritsuka, Gleice Gomes, Irlene Vale, Júlia Faro, Juliana Grangani, Larissa Bezerra, Manoel Co-

elho, Maria Eliza Cota, Netuno Leão, Patrícia da Silva, Priscila de Souza, Rafael da Silva, Rogério Orsi, Silvia Cruz, Thiane de Sousa, Valdir Pinto. Agradecemos a todos a colaboração para o nosso Instituto e desejamos sucesso em suas novas etapas da carreira.

# Extrato do Balanço Financeiro 2009

ENTRADA DE RECURSOS		
Associação Vale P/ Desenvolvimento Sustentável	2.537.215,52	25,17%
Serviço Florestal Brasileiro	1.124.500,00	11,15%
Gordon And Betty Moore Foundation	1.019.863,73	10,12%
David And Lucile Packard Foundation	1.012.459,50	10,04%
Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas do Acre	548.847,54	5,44%
Ieb - Inst. Internacional De Educação Do Brasil	458.291,82	4,55%
Ford Foundation	353.529,82	3,51%
Embaixada Britânica	338.601,80	3,36%
TNC - The Nature Conservancy	252.729,36	2,51%
Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas de Rondônia	250.712,80	2,49%
Instituto de Meio Ambiente do Acre	239.884,00	2,38%
WRI - World Resources Institute'S	215.256,61	2,14%
Avina Stiftung Foundation	210.810,38	2,09%
United States Depart. of Agriculture Forest Service	195.344,25	1,94%
South Dakota State University	182.520,55	1,81%
Blue Moon Foundation	171.086,04	1,70%
Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas do Amazonas	140.580,00	1,39%
Serviço Florestal Americano - Usfs	95.595,56	0,95%
ADT - Amigos da Terra	70.301,04	0,70%
Outros	560.035,59	5,55%
Rendimentos de aplicação financeira	103.887,72	1,03%
	10.082.053,63	100,00%
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Pesquisa	7.920.041,18	80,58%
Administração	1.908.584,79	19,42%
	9.828.625,97	100,00%
SUPERÁVIT 2009	253.427,66	



**INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON**

Extrato dos Balanços Patrimoniais dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009

Ativo	2009	2008	Passivo e patrimônio social	2009	2008
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	3.005.151	3.532.454	Fornecedores	42.387	37.738
Adiantamentos concedidos (Nota 4)	255.038	111.977	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 7)	486.767	514.500
Despesas antecipadas	9.048	11.926	Obrigações tributárias (Nota 8)	54.136	63.513
Outros créditos	115.283	12.583	Adiantamentos recebidos (Nota 4)	76.126	158.515
			Obrigações com recursos de projetos (Nota 10)	3.453.264	3.317.648
			Outras obrigações		9.000
	3.384.520	3.668.940		4.112.680	4.100.914
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio social (Nota 9)</b>		
Imobilizado (Nota 5)	879.112	759.976	Patrimônio social	708.900	444.411
Intangível (Nota 6)	596.914	380.898	Superávit (déficit) acumulado	38.967	264.489
	1.476.026	1.140.874		747.866	708.900
<b>Total do ativo</b>	<b>4.860.546</b>	<b>4.809.814</b>	<b>Total do passivo e patrimônio social</b>	<b>4.860.546</b>	<b>4.809.814</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço [www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)

**INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON****Extrato das Demonstrações do Superávit e Déficit dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009**

	2009	2008
<b>Receitas operacionais</b>		
Taxa administrativa de projetos e programas (Nota 11)	1.385.753	1.195.871
Receita com prestação de serviços (Nota 12)	2.227.418	1.027.278
Doações	0	205.000
Outras receitas operacionais	1.342	12.574
	<b>3.614.514</b>	<b>2.440.723</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Prestação de serviços (Nota 12)	-1.715.650	-1.075.394
Despesas Operacionais (Nota 13)	-1.691.484	-1.463.035
	<b>-3.407.134</b>	<b>-2.538.429</b>
Resultado financeiro	-168.413	362.195
Superávit / Déficit do exercício	38.967	264.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  
As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço [www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)

**INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON****Extrato das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009**

DESCRIÇÃO	Patrimônio Social	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>505.118</b>	<b>-60.707</b>	<b>444.411</b>
Absorção do déficit	-60.707	60.707	
Superávit do exercício		264.489	264.489
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>444.411</b>	<b>264.489</b>	<b>708.900</b>
Absorção do superávit	264.489	-264.489	0
Superávit do exercício		38.967	38.967
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>708.900</b>	<b>38.967</b>	<b>747.867</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  
As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço [www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)

**INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON**

**Extrato da Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009**

	2009	2008
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>38.967</b>	<b>264.489</b>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	356.021	303.895
Variações nos ativos e passivos	-231.117	2.173.482
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>163.870</b>	<b>2.741.866</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-323.557	-330.403
Aquisições de bens do ativo intangível	-367.615	-143.276
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>-691.172</b>	<b>-473.679</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-527.302</b>	<b>2.268.187</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>3.532.454</b>	<b>1.264.267</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>	<b>3.005.152</b>	<b>3.532.454</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  
As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço [www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)





**KPMG Assurance Services Ltda**  
 Av. Djalma Batista, 1.661 - salas 801/802 Bl. B  
 69050-010 - Manaus, AM - Brasil  
 Caixa Postal 4192  
 69053-971 - Manaus, AM - Brasil

Telefone 55 (92) 2123-2350  
 Fax 55 (92) 2123-2367  
 Internet www.kpmg.com.br

## Parecer dos auditores independentes

Aos  
 Administradores do  
 Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON  
 Belém - PA

1. Examinamos o balanço patrimonial do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON (“Instituto”), levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Instituto; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON em 31 de dezembro de 2009, o superávit de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa nas operações referente ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity.



4. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 29 de maio de 2009, com ressalva pelo fato do Instituto ter obtido em 2008, de terceiros, receitas de doações no montante de R\$ 205 mil e, em face dessas doações serem espontâneas, foram registradas contabilmente quando recebidas. Por essa razão, as verificações dessas receitas pelos auditores ficaram restritas, exclusivamente, aos valores constantes nos registros contábeis. Durante o ano de 2009 esse assunto foi resolvido satisfatoriamente pelo Instituto, sem efeitos significativos no superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Belém, 12 de abril de 2010

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP023228/O-4-S-PA

Luciano Medeiros  
Contador CRC 1SP138148/O-3 T-AM S-PA



## Siglas

ACT Brasil	Equipe de Conservação da Amazônia
ADT	Amigos da Terra - Amazônia brasileira
APEF	Associação Paraense de Engenheiros Florestais
ARA	Articulação Regional Amazônica
AUTEF	Autorização de Exploração Florestal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CATIE	<i>Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza</i>
CGI	Centro de Geotecnologia do Imazon
CI	Conservação Internacional
Cifor	Centro para Pesquisa Florestal Internacional
CINDES	Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora
CJV	Conselho de Justiça Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CSF/ Brasil	Conservação Estratégica
CTSF	Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará
EESC/USP	Escola de Engenharia de São Carlos/ Universidade de São Paulo
Esalq	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAP	Faculdade do Pará
FASE	Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
Flona	Floresta Nacional
Flota	Florestal Estadual
FSC	Conselho de Manejo Florestal
FSM	Fórum Social Mundial
GEE	Gases de Efeito Estufa
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBio	Instituto BioAtlântica
ICCO	Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento
ICV	Instituto Centro de Vida
ICVJF	Índice de Carência de Vara da Justiça Federal
Ideflor	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
Idesam	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
Iesam	Instituto de Estudos Superiores da Amazônia
IFT	Instituto Floresta Tropical
Imaflora	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISA	Instituto Socioambiental
Kanindé	Associação de Defesa Etnoambiental
LBA	<i>Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment</i>
MFC	Manejo Florestal Comunitário
MP	Medida Provisória
MPE	Ministério Público Estadual
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPF	Ministério Público Federal
Naea	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PFCA	Produtores Florestais Certificados da Amazônia
PFMN	Produtos Florestais Não-madeireiros
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Prodes	Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia
RAISG	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
REDD	Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SAMFLOR	Sistema de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sema	Secretaria de Meio Ambiente
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
UC	Unidade de Conservação
UE	União Europeia
Uepa	Universidade do Estado do Pará
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unama	Universidade da Amazônia
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
USDA	Departamento Norte-Americano de Agricultura
USP	Universidade de São Paulo
WRI	<i>World Resources Institute</i>
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

# Anexo 1

## Nota pública contra o desmonte da política ambiental brasileira

**A**s organizações da sociedade civil abaixo assinadas vêm a público manifestar, durante a semana do meio ambiente, sua extrema preocupação com os rumos da política socioambiental brasileira e afirmar, com pesar, que **esta não é uma ocasião para se comemorar**. É sim momento de repúdio à tentativa de desmonte do arcabouço legal e administrativo de proteção ao meio ambiente arduamente construído pela sociedade nas últimas décadas. Recentes medidas dos poderes Executivo e Legislativo, já aprovadas ou em processo de aprovação, demonstram claramente que a lógica do crescimento econômico a qualquer custo vem solapando o compromisso político de se construir um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente sustentável.

1. Já em novembro de 2008 o Governo Federal cedeu pela primeira vez à pressão do lobby da insustentabilidade ao modificar o decreto que exigia o cumprimento da legislação florestal (Decreto 6514/08) menos de cinco meses após sua edição.
2. Pouco mais de um mês depois, revogou uma legislação da década de 1990 que protegia as cavernas brasileiras para colocar em seu lugar um decreto que põe em risco a maior parte de nosso patrimônio espeleológico. A justificativa foi que a proteção das cavernas, que são bens públicos, vinha impedindo o desenvolvimento de atividades econômicas como mineração e hidrelétricas.
3. Com a chegada da crise econômica mundial, ao mesmo tempo em que contingenciava grande parte do já decadente orçamento do Ministério do Meio Ambiente (hoje menor do que 1% do orçamento federal), o governo baixava impostos para a produção de veículos automotores. Fazia isso sem qualquer exigência de melhora nos padrões de consumo de combustível ou apoio equivalente ao desenvolvimento do transporte público, indo na contramão da história e contradizendo o anúncio feito meses antes de que nosso País adotaria um plano nacional de redução de emissões de gases de efeito estufa.
4. Em fevereiro deste ano uma das medidas mais graves veio à tona: a MP 458 que, a título de regularizar as posses de pequenos agricultores ocupantes de terras públicas federais na Amazônia, abriu a possibilidade de se legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros, incentivando, assim, o assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desmatamento ilegal. Ontem (03/06) a MP 458 foi aprovada pelo Senado Federal.
5. Enquanto essa medida era discutida - e piorada - na Câmara dos Deputados, outra MP (452) trouxe, de contrabando, uma regra que acaba com o licenciamento ambiental para ampliação ou revitalização de rodovias, destruindo um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira e feita sob medida para se possibilitar abrir a BR-319 no cora-

ção da floresta amazônica, por motivos político-eleitorais. Essa MP caiu por decurso de prazo, mas a intenção por trás dela é a mesma que guia a crescente politização dos licenciamentos ambientais de grandes obras a cargo do Ibama, cuja diretoria reiteradamente vem desconhecendo os pareceres técnicos que recomendam a não concessão de licenças para determinados empreendimentos.

6. Diante desse clima de desmonte da legislação ambiental, a bancada ruralista do Congresso Nacional, com o apoio explícito do Ministro da Agricultura, se animou a propor a revogação tácita do Código Florestal, pressionando pela diminuição da reserva legal na Amazônia e pela anistia a todas as ocupações ilegais em áreas de preservação permanente. Essa movimentação já gerou o seu primeiro produto: a aprovação do chamado Código Ambiental de Santa Catarina, que diminui a proteção às florestas que preservam os rios e encostas, justamente as que, se estivessem conservadas, poderiam ter evitado parte significativa da catástrofe ocorrida no Vale do Itajaí no final do ano passado.
7. A última medida aprovada nesse sentido foi o Decreto 6.848, que, ao estipular um teto para a compensação ambiental de grandes empreendimentos, contraria decisão do Supremo Tribunal Federal, que vincula o pagamento ao grau dos impactos ambientais, e rasga um dos pontos principais da Declaração do Rio sobre Meio Am-

biente e Desenvolvimento, assinada pelo País em 1992, e que determina que aquele que causa a degradação deve ser responsável, integralmente, pelos custos sociais dela derivados (princípio do poluidor-pagador). Agora, independentemente do prejuízo imposto à sociedade, o empreendedor não terá que desembolsar mais do que 0,5% do valor da obra, o que desincentiva a adoção de tecnologias mais limpas, porém mais caras.

8. Não fosse pouco, há um ano não são criadas unidades de conservação, e várias propostas de criação, apesar de prontas e justificadas na sua importância ecológica e social, se encontram paralisadas na Casa Civil por supostamente interferirem em futuras obras de infraestrutura, como é o caso das RESEX Renascer (PA), Montanha-Mangabal (PA), do Baixo Rio Branco-Jauaperi (RR/AM), do Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibagi (PR) e do Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pelotas (SC/RS).

Diante de tudo isso, e de outras propostas em gestação, **não podemos ficar calados**, e muito menos comemorar. Esse conjunto de medidas, se não for revertido, jogará por terra os tênues esforços dos últimos anos para tirar o País do caminho da insustentabilidade e da dilapidação dos recursos naturais em prol de um crescimento econômico ilusório e imediatista, que não considera a necessidade de se manter as bases para que ele possa efetivamente gerar bem-estar e se perpetuar no tempo.

Queremos andar para frente, e não para trás. Há um conjunto de iniciativas importantes, que poderiam efetivamente introduzir a variável ambiental em nosso modelo de desenvolvimento, mas que não recebem a devida prioridade política, seja por parte do Executivo, seja do Legislativo federal. Há anos aguarda votação pela Câmara dos Deputados o projeto do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) Verde, que premia financeiramente os estados que possuam unidades de conservação ou terras indígenas. Nessa mesma fila estão dezenas de outros projetos, como o que institui a possibilidade de incentivo fiscal a projetos ambientais, o que cria o marco legal para as fontes de energia alternativa, o que cria um sistema de pagamento por serviços ambientais, dentre tantos que poderiam fazer a diferença, mas que fi-

cam obscurecidos entre uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e outra. E enquanto o BNDES ainda tem em sua carteira preferencial os tradicionais projetos de grande impacto ambiental, os pequenos projetos sustentáveis não têm a mesma facilidade e os bancos públicos não conseguem implementar sequer uma linha de crédito facilitada para recuperação ambiental em imóveis rurais.

Nesse dia 5 de junho, dia do meio ambiente, convocamos todos os cidadãos brasileiros a refletirem sobre as opções que estão sendo tomadas por nossas autoridades nesse momento, e para se manifestarem veementemente contra o retrocesso na política ambiental e a favor de um desenvolvimento justo e responsável.

Brasil, 04 de junho de 2009.

#### ASSINAM:

Amigos da Terra / Amazônia Brasileira  
 Associação Movimento Ecológico Carijós - AMECA  
 Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - APREMAVI  
 Conservação Internacional Brasil  
 Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE  
 Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS  
 Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno  
 Greenpeace  
 Grupo Ambiental da Bahia - GAMBA  
 Grupo Pau Campeche  
 Grupo de Trabalho Amazônico - GTA  
 Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon  
 Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC  
 Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM  
 Instituto Socioambiental - ISA  
 Instituto Terra Azul  
 Mater Natura  
 Movimento de Olho na Justiça - MOJUS  
 Rede de ONGs da Mata Atlântica  
 Sociedade Brasileira de Espeleologia  
 Via Campesina Brasil  
 WWF Brasil

As entidades signatárias do presente documento vêm a público reiterar a necessidade de políticas públicas mais consistentes para lidar com as mudanças climáticas no Brasil.

A magnitude das alterações futuras do clima global já pode ser avaliada pelos recentes eventos extremos que atingiram o Brasil, como a seca em 2005 e a enchente em 2008 na Amazônia, o furacão Catarina e as enchentes no Norte e Nordeste, e indicam a urgência para a busca de soluções de redução das emissões de gases do efeito estufa e adaptação ao problema.

Pedimos, portanto, que o governo adote ações imediatas para que o país possa enfrentar tais alterações climáticas e seus impactos nas áreas econômica, social e ambiental. Entre as ações consideradas emergenciais, destacamos:

- Apoio à aprovação da lei que cria a Política Nacional de Mudanças Climáticas em trâmite no Congresso Nacional. É fundamental que se estabeleça acordo entre as lideranças do Congresso em torno de um texto único que defina um marco regulatório detalhado para orientar a sociedade e a economia no rumo do desenvolvimento de baixo carbono, que estabeleça metas obrigatórias de redução de emissões de gases-estufa para diferentes setores e atividades econômicas no país, orientando as estratégias e ações nacionais de mitigação e adaptação à mudança do clima. A definição de metas proporciona oportunidade de soluções tec-

nológicas inovadoras, garantindo a médio e longo prazo a competitividade da economia brasileira;

- Adoção de medidas concretas no âmbito do Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), incluindo destinação de recursos financeiros, definição de responsabilidades e prazos para cumprimento das metas estabelecidas. Destacamos nesse contexto a necessidade urgente de cumprimento de metas de combate ao desmatamento na Amazônia e o acréscimo de metas de redução específicas de desmatamento no Cerrado, na Caatinga, na Mata Atlântica, no Pantanal e no Pampa. É fundamental que o governo destine recursos financeiros suficientes para que o Plano possa sair do papel e gerar resultados. Apesar do documento aprovado pelo governo ser um primeiro passo para uma estratégia nacional de combate às mudanças climáticas, ainda está longe de constituir um esforço de Estado que coloque o Brasil nos trilhos de um desenvolvimento de baixo carbono. Consideramos ainda de extrema importância a manutenção do Código Florestal e a busca de mecanismos de incentivo à sua implementação, como a regulamentação das cotas florestais e o Pagamento por Serviços Ambientais. São medidas importantes também a maior coordenação com iniciativas estaduais e a adoção de planos estaduais de redução de emissões, o estímulo à restauração da Mata Atlântica, e a divulgação de relatórios de progresso das ações governamentais;

Manifesto por uma posição consistente do governo brasileiro frente à mudança do clima

## Anexo 2

- Reversão da estratégia de carbonização da matriz energética brasileira, que caminha no sentido oposto ao esforço adotado por outras nações. A tendência explícita de carbonização da matriz energética brasileira e de investimentos em tecnologias insustentáveis se revela na crescente instalação de termelétricas a gás, óleo, carvão mineral e nuclear previstas nos planos para o setor. É fundamental que o governo inverta esse processo e estimule maciçamente a eficiência energética, a otimização do uso de energia gerada e a adoção em larga escala de fontes sustentáveis de energia renovável e de baixa emissão em que o país apresenta enorme potencial produtivo, como a eólica, a solar térmica e a biomassa. É fundamental que qualquer possibilidade de expansão da hidroeletricidade seja amparada num planejamento adequado, cujas premissas devem ser a sustentabilidade dos ecossistemas, a minimização dos impactos socioambientais e a eficiência do modelo de demanda a fim de orientar a expansão sustentável da oferta de energia. Os planejadores não podem
- ver a Amazônia apenas como mais uma fronteira. Não se pode continuar e perpetuar o modelo exploratório dos recursos renováveis aplicado há séculos onde os impactos sociais e ambientais são apenas uma externalidade dos empreendimentos;
- Posição firme dos representantes brasileiros nas negociações internacionais para que sejam estabelecidas metas ambiciosas e rígidas de redução de emissões de gases do efeito-estufa pelos países desenvolvidos nas conclusões sobre o novo regime de clima, em Copenhague. Esperamos que os negociadores liderem os esforços para estabelecer: 1) um novo marco internacional que garanta que o aquecimento global ficará bem abaixo dos 2° C em relação à média pré-industrial e 2) que antes do final da próxima década se inicie a trajetória descendente das emissões globais. É necessário que o regime climático internacional garanta redução de pelo menos 40% das emissões no grupo de países desenvolvidos até 2020 em relação aos níveis de 1990, além de prever uma redução substancial na curva de

crescimento de emissões dos países em desenvolvimento, como indica o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Da mesma forma, esperamos forte engajamento dos negociadores brasileiros para estabelecer legalmente os mecanismos financeiros para viabilizar a redução de emissões e programas da adaptação nos países em desenvolvimento, mais vulneráveis às mudanças climáticas;

- Apoio e empenho do Brasil na criação de um mecanismo de REDD (Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal) no âmbito da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima e de seu acordo pós-2012, capaz de estimular e recompensar os países tropicais pela redução do desmatamento e emissões associadas e pela conservação florestal em seus territórios;
- Apoio e criação de incentivos para a restauração florestal como uma estratégia para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas pelo sequestro de carbono, em particular nas Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais em biomas com

alto índice de desmatamento como a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga.

Acreditamos que o Brasil somente poderá se firmar na posição de uma liderança política e econômica no contexto global se adotar medidas consistentes para conciliar o país com a nova realidade econômica e socioambiental das mudanças climáticas provocam.

#### **ASSINAM ESSE MANIFESTO:**

Amigos da Terra – Amazônia Brasileira  
 Apremavi – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí  
 Conservação Internacional do Brasil  
 ECOAR – Instituto Ecoar para a Cidadania  
 FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável  
 Fundação O Boticário de Proteção à Natureza  
 Fundação SOS Mata Atlântica  
 Greenpeace Brasil  
 IBio – Instituto Bio Atlântico  
 IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil  
 Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
 IPAM - Instituto de Pesquisas da Amazônia  
 IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas  
 ISA - Instituto Socioambiental  
 Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais  
 SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental  
 TNC – The Nature Conservancy  
 WWF Brasil







Direito de cópia do Imazon - 2010

**Organização:**  
Assessoria de Comunicação  
(Adriana Fradique e Juliana Mendes)

**Revisão:**  
Bruno Oliveira

**Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:**  
Luciano Silva  
[www.rl2design.com.br](http://www.rl2design.com.br)

**Ilustrações e Aquarelas**  
Roger Almeida  
[www.rl2design.com.br](http://www.rl2design.com.br)



## IMAZON

INSTITUTO DO HOMEM E  
MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon

Rua Domingos Marreiros, 2020

CEP: 66060-160 • Umarizal • Belém • Pará • Brasil

Tel.: (91) 3182-4000 • Fax: (91) 3182-4027

[www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br) • [imazon@imazon.org.br](mailto:imazon@imazon.org.br)